

ATA DA 056ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, gostaria apenas de registrar a presença nas galerias desta Casa do secretário de estado de Desenvolvimento Regional de Videira, Dorival Borga, que ocupa um importante cargo na região e o faz com muita competência e eficiência. É um orgulho muito grande para nós tê-lo lá comandando as ações do governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, esta Presidência deseja ao secretário uma boa estada neste Parlamento e sucesso na busca do desenvolvimento da região do rio do Peixe.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, público que acompanha esta sessão, estimados catarinenses, gostaria de aproveitar este horário para referir-me a duas audiências públicas que realizamos, através da comissão de Pesca e Aquicultura desta Casa, na tarde e noite de ontem, na cidade de Laguna.

Na primeira das audiências realizadas na parte da tarde, reunindo diversos pescadores, entidades, associações, tivemos a oportunidade de presidir essa sessão, tendo a honra de termos junto conosco o deputado Luiz Fernando Vampiro, que também é membro da comissão.

Nós tivemos como centro do debate a questão dos problemas ambientais do Complexo Lagunar, e uma das grandes questões levantadas é a questão do assoreamento e a poluição, que tem origem numa série de problemas ambientais que vive a região e que ocasionou uma drástica redução dos pescados. Com certeza, para a sobrevivência da região, a sobrevivência econômica daqueles que vivem da atividade, são necessárias uma série de ações.

Na audiência, estavam presentes o superintendente estadual do ministério da Pesca, os prefeitos da região, os representantes das entidades e das secretarias regionais, que são muitos.

O primeiro deles é a aprovação de forma imediata da Instrução Normativa proposta pelos pescadores em parceria com o Ceperg. Esta instrução normativa está em trâmite na esfera federal, nos ministérios da Pesca e do Meio Ambiente. É uma proposta de ordenamento do Complexo Lagunar, e está em pauta também a perspectiva de até o dia 10 deste mês de julho,

termos alguma decisão sobre isso, conforme relatou-nos o representante do ministério da Pesca, superintendente Horst Doering. Estaremos cobrando isso!

A segunda questão é que seja encaminhado e exigido um pedido de abertura de canais no atual aterro, na continuidade da ponte, para facilitar a circulação das águas.

A terceira colocação nesse sentido é para que seja aberto um canal para a movimentação das águas entre as diversas lagoas que compõem o Complexo Lagunar, Santo Antônio Mirim e Imarui, e que sejam tomadas providências urgentes com relação ao desassoreamento do rio Carniça, localizado na comunidade de Campo Verde.

Ainda solicitamos que haja uma maior fiscalização em todo o complexo Lagunar no que tange à exploração imobiliária, num esforço de pesca nas lagoas.

Ainda, deputado Rodrigo Minotto, que sejam tomadas medidas urgentes quanto aos poluidores das águas, tanto na agricultura quanto na geração de resíduos do carvão, ou mesmo na questão do despejo de esgotos das cidades, no entorno das lagoas e rios, e que sejam indenizados os pescadores em razão do prejuízo pela mortandade dos peixes. Então, essas foram as principais conclusões.

Nós encaminhamos também, e ali estava o secretário Regional, que ficou responsável de fazer isso, com os prefeitos da região, a elaboração de um documento a ser entregue à presidente da República. Deputado Luiz Fernando Vampiro, estou falando da primeira reunião que fizemos ontem, citei v.exa. que lá acompanhou toda a audiência.

Então, esses são os principais encaminhamentos em relação à audiência da tarde em que nós debatemos algumas questões, principalmente da poluição das lagoas e do Complexo Lagunar.

Já na parte da noite, por proposição e articulação do deputado Luiz Fernando Vampiro, fizemos uma audiência pública para debater as questões relacionadas ao porto, ao terminal

pesqueiro de Laguna, ao futuro da pesca e ao terminal pesqueiro.

Antes, inclusive, no intervalo entre a audiência pública da tarde e a da noite, tivemos a satisfação de sermos recebidos, a pedido do deputado Luiz Fernando Vampiro, juntamente com o deputado Ronaldo Benedet, pelo diretor do porto que foi muito atencioso e, além disso, nos fez um relato da situação do referido porto.

Na parte da noite, então, fizemos um debate com o representante nacional do Instituto de Pesquisas Hidroviárias, responsável pelo estudo, que se comprometeu a fazer agora o estudo qualitativo e quantitativo para posteriormente, deputado Luiz Fernando Vampiro, buscarmos a questão dos recursos para a viabilidade das obras de melhoria do porto.

Então, tivemos duas audiências públicas de suma importância com a participação dos representantes regionais.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Concedo um aparte ao deputado Luiz Fernando Vampiro que foi o autor do requerimento que ensejou a segunda audiência de ontem, mas esteve lá o tempo todo como representante da região sul, como membro da comissão da Pesca e Aquicultura e como um deputado preocupado em buscar soluções para aquela comunidade local.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Boa-tarde, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, e deputado Neodi Saretta, presidente da nossa comissão de Pesca e Aquicultura.

Gostaria de fazer um registro elogioso pela forma como foram conduzidas as duas audiências públicas pela comissão que esteve presente efetivamente trabalhando em prol da pesca numa ação enérgica desta Casa Legislativa.

Também quero cumprimentar os servidores que estiveram lá durante todo o dia nos acompanhando, mas principalmente o presidente da comissão, deputado Neodi Saretta, que conduziu as audiências de maneira muito transparente, tranquila,

oportunizando todos os presentes, sejam pescadores, empresários da pesca, presidentes de associações, ativistas, sindicalistas, promovendo uma discussão importante e muitos encaminhamentos. Realmente, queria fazer este registro em relação à importância significativa que tem a pesca para Laguna como válvula motivadora desse processo.

Mas gostaria de cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos na presidência da comissão de Pesca e Aquicultura. Então, parabéns! V.Exa. está no caminho certo, deputado. Obrigado por tudo!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado a v.exa. pela ação desenvolvida, pela representação daquelas comunidades. Eu é que o parabenizo por essa ação.

Para concluir, quero dizer que os encaminhamentos das audiências iremos também transformar em documentos às autoridades competentes, e um dos encaminhamentos, já este que estou fazendo da tribuna, dando conhecimentos a todos os deputados, às autoridades públicas dessa ação. Os diversos organismos que lá estiveram já se comprometeram com as suas respectivas entidades, e os prefeitos, através da secretaria regional, vão elaborar um documento a ser remetido também para à Presidência da República.

Portanto, quero agradecer a todos que contribuíram para o sucesso das duas audiências públicas, e reiterar, mais uma vez, a disposição da comissão de Pesca e Aquicultura em auxiliar naquilo que foi possível.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado pela manifestação, deputado Neodi Saretta.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Fernando Coruja, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. deputados, sras. deputadas. Uma das preocupações mais importantes que o povo brasileiro tem é a Saúde, e nessa questão sobressai-se o problema da

fila para atendimento, principalmente com consultas especializadas.

O governo, inclusive, o da atual presidente Dilma Rousseff, durante a campanha política, anunciou um programa chamado Mais Especialidades para dar mais acesso às pessoas, aos especialistas.

É verdade que há certa distorção no sistema, e no mundo hoje há uma supervalorização da ideia do especialista, porque para tudo precisa-se de um, mas que há uma carência porque o programa ainda não foi implementado, e esperamos que seja.

Existe uma especialidade para cada procedimento, e eu levantava aqui notícias que dão conta das matérias como a seguinte.

(Passa a ler.)

"Balneário Camboriú tem quatro mil pessoas na fila de espera de consulta cardiológica. Jaraguá do Sul tem 13.500 pessoas à espera de especialistas. Multidão se aglomera para marcar consulta no HU, em Florianópolis."

Então, há filas enormes para consultar com especialistas e para procedimentos. E é preciso trabalhar para melhorar esta situação. Qual é a solução? Basta você ofertar especialistas? É uma maneira importante, evidentemente. Se houver oferta de mão de obra adequada, maior a possibilidade de melhorarmos a situação.

Mas tenho a impressão, pela minha experiência como médico e por ter sido secretário estadual da Saúde, que o problema não está colocado apenas na falta de especialistas.

Um dos grandes problemas que existem é a falta de transparência do sistema de Saúde em possibilitar que as pessoas tenham a informação adequada de onde é possível consultar e de que maneira é disponibilizada esta consulta.

Muitas destas filas que são citadas e faladas, em grande parte das vezes, não existem. Quando fui secretário estadual da Saúde, tive oportunidade de verificar algumas destas filas. Primeiro, encontrei dificuldade para saber da existência da fila, onde estava colocada e quem eram as pessoas

que estavam na fila. Você não tem acesso a esses dados, o sistema não é transparente.

Peguei, na ocasião, de um hospital de Florianópolis, uma fila que havia para as pessoas serem operadas de varizes. E, após conseguir aquela lista, com muito esforço - mesmo sendo secretário da Saúde tive que fazer um esforço danado para conseguir a tal relação -, peguei o telefone e comecei a ligar para as pessoas que estavam na fila que, segundo informações, estendia-se há mais de quatro anos para conseguir uma consulta.

Para minha surpresa, das primeiras vinte pessoas que eu liguei, apenas uma, na verdade, estava esperando uma cirurgia de varizes. As outras 19 já tinham, de certa forma, solucionado o seu problema. Lembro que para a primeira que liguei - e está ali o deputado Natalino Lázare que falou há pouco com o secretário regional de Videira -, foi para uma senhora que já havia operado há dois anos. Ela procurou outra solução.

Então, o que acontece? Há, na verdade, neste sistema de filas, no Sistema Único de Saúde, uma falta de transparência que favorece determinados setores, principalmente setores ligados à atividade médica e hospitais privados, que têm interesse que transpareça que há uma fila muito grande, evidentemente, para ofertar esse serviço de forma privada.

Qual é a solução para esta questão? A principal solução é ter uma transparência nas filas. É preciso que as pessoas saibam exatamente onde elas estão colocadas nesta fila e quando o seu procedimento vai ser realizado.

A fila é natural, ninguém quer um sistema sem filas, porque é impossível conseguir um sistema sem filas, mas é preciso que as pessoas conheçam e saibam da situação. No Canadá, que tem um sistema de Saúde muito aperfeiçoado, talvez o melhor do mundo, tem filas. Para fazer uma cirurgia de hérnia inguinal a pessoa tem que esperar seis meses, mas a pessoa sabe quando é que vai ser operada. Sabe qual é a oferta, o momento e tem noção exata, não tem a angústia da espera.

No Brasil não há transparência. Em muitos lugares já foram apresentados projetos que criaram esta fila com transparência. Não é transparência do nome, porque não precisa ter o nome das pessoas que vão ser submetidas a um determinado procedimento, isso pode ofender o seu direito à intimidade, mas uma oferta do número do Sistema Único de Saúde para que aquelas pessoas tenham noção.

Aqui mesmo nesta Casa foram apresentados dois projetos, um de autoria do ex-deputado Jailson Lima e outro da deputada Luciane Carminatti. Os dois projetos foram considerados inconstitucionais, pois feriam a iniciativa. Ora, se não puder o Parlamento disciplinar assuntos dessa natureza que papel ele tem? Qual é a atribuição do Executivo ter a iniciativa num projeto de lei dessa ordem? Isso é um Sistema Único de Saúde que tem o seu componente federal, da União, do estado, dos municípios, em que participam entidades privadas, hospitais filantrópicos e que, por isso, precisa ter uma legislação específica para tratar do assunto. Esses projetos foram considerados inconstitucionais.

Eu estou elaborando um novo projeto para tratar do assunto. Essa angústia que as pessoas têm de não saberem quando vão ser submetidas a um procedimento, quando um filho vai ser atendido, quando um exame vai ser realizado, quando uma cirurgia vai ser realizada, precisa ser diminuída. Estamos elaborando um projeto de lei, vamos trabalhar algumas questões, que são consideradas inconstitucionais por esta Casa e pelo Executivo, principalmente na questão que trata de quem tem a obrigatoriedade de fazer as coisas.

O entendimento que se tem no sistema judicial brasileiro e na Constituição é de que não se pode criar uma atribuição para o Executivo, mas pode-se criar uma atribuição genérica para um Sistema Único de Saúde, que é um sistema em que não há um determinante de quem vai fazer tal coisa, para que as pessoas que estão inclusas neste sistema o façam. Se nós tivermos uma transparência dos

procedimentos, poderemos organizar e saber quantos especialistas precisa-se em determinada área. Nós não sabemos porque as filas são fictícias e que são a todo momento modificadas por vários fatores que não a gravidade da doença. Uma fila pode ser modificada pela urgência, pela gravidade da doença, mas evidentemente não pode ser modificada por uma solicitação de "a", de "b" ou de "c". É preciso ter transparência.

Então, estamos trabalhando neste projeto, vamos apresentá-lo nesta Casa e pedir o apoio dos companheiros.

Quero aproveitar para dizer que o projeto de resolução, proposto pela Mesa, que estabelece as modificações que queremos propor no Congresso Nacional a partir das Assembleias, quatro deles já foram aprovados na comissão de Constituição e Justiça sob a relatoria do deputado Mauro de Nadal, que está inclusive trabalhando para ver se conseguimos trazer hoje para esta Casa. Nós queremos pedir o apoio para votar esta semana ainda esse projeto de resolução, para que possamos, juntamente com outros deputados, começar a viajar pelo Brasil, para conseguir o apoio de, pelo menos, mais 14 Assembleias e levar essas propostas de emendas constitucionais ao Congresso Nacional, aproveitando este momento profícuo para fazer as alterações.

Nenhuma mudança chega sem que seu tempo seja determinado, talvez por inspiração divina. Acho que agora é o tempo de fazermos as alterações constitucionais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado Natalino Lázare, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Quero cumprimentar o presidente desta sessão, também os srs. deputados e as sras. deputadas, e os funcionários da Alesc que tão bem servem os parlamentares desta Casa.

Quero fazer dois registros que considero importantes.

Primeiramente, deputado Cesar Valduga, quero fazer uma consideração sobre a audiência pública que v.exa. liderou em Chapecó para tratar de um assunto importante, o Mormo, doença que atinge os cavalos. Esteve presente o deputado Dirceu Dresch. V.Exa. conduziu a reunião de maneira brilhante. Faço esse registro positivo, parabenizando-o, porque pude perceber a importância e a responsabilidade que o governo tem no sentido de tratar de uma questão tão significativa.

Também, por dever de justiça, a comissão de Agricultura deve externar, sim, um agradecimento ao Enori Barbieri, presidente da Cidasc, que esteve presente naquele evento. Ele havia dito que não poderia ir, mas cancelou todos os compromissos, frente à gravidade do problema, e se fez presente. Deu as explicações necessárias sobre as providências que estão sendo tomadas. Por isso, faço esse registro de público.

Normalmente assomamos à tribuna para cobrar e fazer críticas, mas na hora certa temos que reconhecer e agradecer. E este gesto do Enori Barbieri foi espetacular, maravilhoso e demonstra o interesse da Cidasc, da secretaria da Agricultura e do governo do estado em realmente solucionar os problemas que aparecem.

O segundo registro que queria fazer era com respeito às audiências regionalizadas que a Assembleia está promovendo. Tive a oportunidade de participar de várias audiências no meio-oeste de Santa Catarina e percebi a riqueza de informações que foram colhidas por todos os parlamentares presentes. Pude constatar a participação brilhante, o entusiasmo e o interesse das pessoas em colaborar com ideias, sugestões para melhorar a vida dos catarinenses.

Gostaria de fazer uma menção especial e honrosa ao ilustre deputado Marcos Vieira, que conduziu brilhantemente os trabalhos pela deferência que fez a este deputado, passando a coordenação da reunião em Videira.

Para este deputado foi um ato de camaradagem, de valorização, não deste deputado, mas de valorização da região do médio vale do rio do Peixe, da região especialmente circundada pelo município de Videira. Quero agradecer a presença do deputado Romildo Titon, que ao longo dos anos sempre esteve presente. Agradeço também ao deputado Antônio Aguiar pelas suas palavras, pela riqueza do seu discurso em defesa dos interesses das solicitações da nossa região. Também quero agradecer a presença do deputado Cesar Valduga que veio de Chapecó para participar da audiência em Videira, sempre trazendo sugestões e ideias oportunas.

Contamos também com a presença do deputado Gean Loureiro, de Florianópolis. É muito importante termos a presença de um deputado da capital no interior do estado. Foi válida e oportuna a sua participação.

Gostaria de encerrar a minha fala manifestando a minha crença de que esses trabalhos que os deputados desta Casa realizam vêm ao encontro dos interesses de todos os catarinenses.

Convenço-me a cada dia que passa que tudo que é discutido aqui, todos os projetos que são apresentados, as proposições, as indicações que são realizadas, são dirigidas em particular a cada região do deputado, mas elas têm reflexos em todo o estado de Santa Catarina e, evidentemente, no Brasil.

Também gostaria de registrar que fiz uma visita ao presidente da Ocesc, em Chapecó, dr. Marcos Antônio Zordan; e ao sr. Mário Lanznaster, que é o presidente da Aurora. Assim, quero trazer, apesar do grande trabalho que a Cidasc faz, uma preocupação que eles colocaram e que a nossa comissão de Agricultura e Política Rural também tem com relação ao aspecto sanitário. E me foi feito lá um pedido veemente no sentido de que a nossa gloriosa Cidasc, que tantos benefícios traz para Santa Catarina, especialmente na questão sanitária, que tem tornado Santa Catarina ícone no Brasil, que na região do oeste que não existe barreiras sanitárias, onde as fronteiras são muito

acessíveis, haja essa preocupação de que essa fiscalização precise ser incrementada para não permitir que doenças entrem por falta de fiscalização e venham prejudicar a grande qualidade sanitária que tem hoje os animais do estado catarinense.

E para finalizar, manifesto a minha fé profunda, deputado Fernando Coruja, de que esse projeto que hoje foi aprovado pela comissão de Constituição e Justiça, que o senhor tão brilhantemente está dirigindo e que, na verdade, v.exa. é o autor de praticamente todo esse processo, é o único caminho que o Brasil tem para fazer a justiça da redistribuição das funções e, sobretudo, dos recursos. Não há outro caminho e me parece que tudo aquilo que nós fazemos em busca de emendas, de alternativas de recursos, é a mesma coisa que médico querer curar câncer com Melhoral.

Nós precisamos mexer na ferida, na descentralização dos recursos federais, repartir melhor o bolo tributário para fazer justiça, especialmente para os municípios, que é onde de fato a vida acontece. É lá que a pessoa nasce, é lá que ocorre os óbitos.

Então, precisamos inverter essa pirâmide. Um dia vai acontecer, provavelmente nós não vamos presenciar esse ato, mas um dia terá que acontecer. As receitas terão que ser invertidas, a base da receita tem que ficar com os municípios, com os estados. Na minha concepção o governo federal tem que atuar como um setor estratégico da economia, da educação, das causas sociais, mas a execução tem que partir dos municípios e para isso temos que, evidentemente, revisar o Pacto Federativo e dar aos municípios e aos estados mais condições para que eles consigam realizar as obras tão necessárias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dalmo Claro.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Eu queria, apenas, rapidamente, registrar com grande pesar o falecimento de um grande amigo nosso e conhecido de alguns de vocês, o dr. Renato Castro, de Joinville, médico anesthesiologista. Ele foi diretor dos hospitais Regional e São José. Foi recentemente superintendente hospitalar da secretaria de estado da Saúde, atendeu com certeza alguns dos deputados aqui. Uma pessoa de trato afável e realizador. Ele foi presidente da Sociedade Brasileira de Anesthesiologia.

Também, realizou um congresso brasileiro em Joinville e, para tanto, angariou fundos e construiu um centro de exposições, anexo ao Centro de Eventos de Joinville, ao lado de onde foi o velório do senador Luiz Henrique, construído pela Sociedade Brasileira de Anesthesiologia. Isso é apenas para dar a dimensão do arrojo dele, um homem realizador que aos 67 anos faleceu devido a complicações de saúde. Portanto, uma grande perda para nós, amigos, e para o estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Rodrigo Minotto, a quem concedemos a palavra por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas.

Quero trazer aqui um assunto interessante sobre o vem ocorrendo em nosso país, deputado Dirceu Dresch, v.exa. que tem feito um trabalho forte sobre esse tema, que é a inserção de imigrantes no mercado de trabalho.

(Passa a ler.)

"A migração crescente de pessoas em busca de oportunidades, trabalho, emprego e renda vem exigindo o diálogo na construção de políticas públicas de trabalho que ofereçam um suporte adequado à migração laboral.

A questão do trabalhador migrante passou a integrar agendas contemporâneas significativas na perspectiva do acesso a políticas públicas protetivas e de inclusão social e produtiva.

O professor Paul Singer, secretário Nacional de Economia Solidária do ministério do Trabalho e Emprego, economista, com cerca de 25 livros publicados, vem alertando sobre a migração de trabalhadores como vetor de desenvolvimento local e regional.

Nos países que receberam fluxos migratórios verificou-se a enriquecimento do estoque de capital humano e cultural com benefícios inter-regionais.

Os desafios colocados pelas migrações, como as questões envolvendo tráfico de pessoas, exploração do trabalho infantil, migração ilegal, trabalho escravo e informal requerem dos agentes públicos políticas públicas de seguridade e proteção social.

Nesta linha de entendimento, o ministério de Trabalho e Emprego vem executando projeto de modernização de sua estrutura objetivando celeridade nos serviços ofertados ao trabalhador, adotando novas tecnologias e ferramentas de fiscalização eletrônica que permitem combater práticas ilegais como o trabalho escravo e o trabalho infantil, a informalidade e os acidentes de trabalho.

Além disso, inaugurou recentemente o portal Mais Emprego, a Carteira de Trabalho Digital, o Cartão Digital, a Universidade do Trabalhador, o Plano Nacional de Combate à Informalidade para a transição da economia informal para a economia formal, e opera desde o ano passado o Sistema Migrante Web Digital, que responde por 85% dos pedidos de autorização de trabalho pela internet e iniciou o processo de construção junto à ONU de projeto de cooperação relativo à migração laboral.

No marco da Cooperação Sul-Sul destacamos a recente criação da Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livres do Trabalho Infantil, assinada por 25 países.

Ainda no âmbito do Mercosul a expectativa é avançar na construção de uma agenda laboral como parte do processo de integração regional e, além disso, uma agenda voltada à migração justa é

essencial do ponto de vista humanitário, econômico e sociolaboral.

Cumprе destacar que o Estatuto de Cidadania do Mercosul propõe a livre movimentação de trabalhadores, até porque para onde vai o capital o trabalho vai atrás, criando novas forças de trabalho e de desenvolvimento.

Marcos Regulatórios importantes como a Resolução número 44/94 Mercosul, o Acordo de Regularização Migratória Interna do Mercosul, o Acordo de Residência para os Migrantes dos países-membros que compõem o Mercosul vem contribuindo para definir políticas públicas de trabalho, emprego e renda para imigrantes.

É fato recorrente que os haitianos, senegaleses e africanos, imigrantes de baixa escolaridade vindos de países afetados pela crise internacional, nem sempre têm informação e capital social e cultural para a sua inclusão no processo produtivo e social.

E o estado de Santa Catarina até agora não apresentou um Plano Estadual de Proteção aos Imigrantes que garanta direitos ao trabalho decente, à qualificação profissional, ao registro na carteira do trabalho, ao justo exercício da cidadania e ao reconhecimento de seu trabalho, não como capital humano explorado, mas como capital social que promove o desenvolvimento.”

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados. É oportuno que v.exa. tenha manifestado o fato de eu ter sido prefeito de Concórdia, porque o meu assunto hoje é exatamente a divulgação da ExpoAgro Concórdia 2015.

Este ano o município de Concórdia realizará, de 22 a 25 de julho, um grande evento de exposição de feira agropecuária em nosso município. E no momento que vemos diversas regiões, diversas cidades cancelando os seus eventos, as suas exposições, temos a satisfação de ver que a cidade de Concórdia vai manter esse evento tão importante, e é exatamente isso que defendemos em momentos em que há um pouco de retração econômica. Temos que ter a coragem para ousar e divulgar aquilo que a cidade tem de potencialidade.

Concórdia, segundo índices do IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - é o município com melhor índice de desenvolvimento socioeconômico em Santa Catarina, o décimo segundo do país, e tem na sua área agropecuária e agrícola uma força motora do seu desenvolvimento. Também é líder nacional na produção de suínos e aves, abriga a sede do maior frigorífico de alimentos da América Latina, possui a maior bacia leiteira do estado de Santa Catarina e a sede da maior cooperativa de transportes do Brasil, a Coopercarga.

O município de Concórdia está fazendo 81 anos de fundação no dia 29 de julho, e um dos eventos comemorativos é exatamente a ExpoAgro, que será realizada este ano. É um evento diferente das tradicionais expofeiras, da indústria e comércio, é um evento voltado exclusivamente para a questão agropecuária.

E eu queria com satisfação, além de divulgar o evento que vai acontecer em julho, convidar todos que estão acompanhando esta sessão ordinária, pessoalmente ou pelos canais de comunicação, para no dia de hoje, às 17h30, no *hall* da Assembleia Legislativa, o ato de lançamento da feira, com a coordenação da exposição, com o prefeito e equipe de coordenação e, posteriormente, uma degustação de produtos coloniais que será servido pela Cecaf - Cooperativa da Agricultura Familiar de Concórdia. Convido todos os srs. deputados, assessores, assistentes, todos que estão nos acompanhando, para que estejam presentes no *hall* desta Casa acompanhando o lançamento desta feira.

E como já disse, é um momento importante para o município de Concórdia, também para a comunidade regional, que se tem destacado, é um município pujante, de trabalho, é uma cidade que tem a qualidade de vida como um dos grandes objetivos.

E nós, exatamente nesta época de dificuldades, mais uma vez, estamos dando exemplo realizando o evento.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Quero parabenizar o município de Concórdia pela visão de comprometimento com essa feira, com o município e com a região. Entendo que é justamente nos momentos em que temos mais dificuldades que é importante mostrar a capacidade e a eficiência do gestor público.

Parabéns, nobre deputado. Tenho certeza de que em função de que outros municípios cancelaram provavelmente Concórdia terá ainda mais visitantes.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado pelo aparte de v.exa.

Quero, antes de concluir, dizer que a ExpoAgro abrange uma série de eventos, como a Exposição Agropecuária, a Expofeira de Animais, a Mostra da Agricultura Familiar, a Festa Nacional do Leitão Assado, Rodeio Country, Show do Padre Alexandre Campos, Festival Gastronômico, teremos, inclusive a novidade desse ano que é o Leilão Nacional de Suínos, com transmissão ao vivo em rede nacional pelo Canal Rural.

Portanto, faço essa divulgação e, mais uma vez parabenizo o município de Concórdia pelos 81 anos que fará em julho, pela realização da feira, pela administração, por sua gente e seu povo.

Por isso, fizemos questão de junto com a coordenação da feira, da administração municipal organizar aqui na Assembleia Legislativa o lançamento da feira, para a qual estou convidando v.exas. para participarem hoje às 17h30.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação - PSB, PR e PPS.

(Pausa)

Não havendo oradores que queiram fazer uso da palavra do Bloco Frente Renovação, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Valduga, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero mais uma vez reforçar o trabalho que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizou na semana passada no grande oeste de Santa Catarina, através do debate que deu oportunidade ao povo catarinense começando por aquela grande região quando discutimos sobre o PPA, sobre o orçamento impositivo, que nada mais é 1% do Orçamento de R\$ 24,8 bilhões.

Quero parabenizar o grande condutor das audiências públicas, deputado Marcos Vieira, juntamente com os deputados Natalino Lázare, Romildo Titon, Antônio Aguiar, Neodi Saretta, João Amin, Dirceu Dresch, Luciane Carminatti, Gabriel Ribeiro, Fernando Coruja, Mauro de Nadal e Kennedy Nunes.

Sem dúvida nenhuma tivemos uma grande oportunidade naquela região de debater e participar desse momento tão importante que é ouvir a população, podendo assim, renovar atitudes, criar desafios, dar transparência, enfim, pensar não apenas economicamente, mas também socialmente.

Quero também registrar que nas audiências públicas tivemos a participação do nosso querido e sempre deputado Dóia Guglielmi, da imprensa que se fez presente, dando publicidade a todas as atividades e dos servidores da Assembleia Legislativa que trabalharam em todas as sessões.

Quero aqui saudar todos os servidores que participaram das audiências públicas do estado de Santa Catarina. Agradeço também os servidores da

secretaria da Fazenda, pois em quase todas as audiências públicas tivemos a satisfação de ter presentes os representantes da Defensoria Pública acompanhando os debates nas 14 audiências públicas. Ou seja, mais de 156 municípios foram contemplados, começando lá em Itapiranga e Dionísio Cerqueira, no extremo oeste, encerrando aqui em Lages, juntamente com os deputados Gabriel Ribeiro e Fernando Coruja.

Então, nesse sentido, srs. deputados, gostaria de ressaltar a importância da participação dos deputados, de buscarmos o conhecimento das demandas, das necessidades, dos desejos, dos sonhos dos catarinenses sob a ótica da questão do transporte, da pavimentação asfáltica, da operação tapa-buracos, da revitalização das escolas, deputado Padre Pedro Baldissera, que sempre estava lá levantando a importância da revitalização das escolas no estado de Santa Catarina para a melhoria da educação. Também a inovação tecnológica que muito debatemos nas audiências públicas, entendendo que nós vivemos diversos ciclos do passado e que temos que pensar também no futuro e na inovação tecnológica para que possamos incrementar esse setor e pensar em geração, emprego e renda, que nada mais é do que pensar no futuro do povo catarinense. E, sem dúvida, podemos aqui dizer que foram lançados desafios nessas audiências públicas.

Mas quero aqui registrar que em muitos municípios, deputado Natalino Lázare, verificamos que o IDHM em muitos municípios é baixíssimo em muitas cidades do nosso estado de Santa Catarina, podemos constatar isso no planalto serrano. Lá na região de Caçador, inclusive, ouvindo alguns secretários fazendo esses comentários. Fiquei entristecido ao saber que há muitas dificuldades ainda na questão da geração de emprego e renda, nas questões sociais que se leva em conta, levantadas por muitos vereadores, prefeitos, secretários, gerentes regionais, representantes de setores empresariais.

Parabéns, deputado Natalino Lázare, lá em Videira ocorreu uma bela audiência pública, assim

como em todos os outros municípios. É muito importante dar oportunidade para a população participar e levar os seus desejos, as suas esperanças para que possamos construir cada vez mais uma santa Catarina com mais qualidade de vida.

Neste sentido, deputado Natalino Lázare, quero deixar meus parabéns àqueles que conduziram todo esse processo e aos deputados que também vieram de outras regiões e que lá estavam presentes como os deputados Antônio Aguiar, Kennedy Nunes e outros deputados que prestigiaram esse momento tão importante que o estado de Santa Catarina vive, começando lá pelo nosso grande oeste.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP e PSDB.

Com a palavra o deputado Sílvio Dreveck, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente! Srs. deputados, sras. deputadas, o assunto que me traz a esta tribuna é o programa energético lançado pelo governo do estado na última quarta-feira, em Florianópolis, deputado Antônio Aguiar.

É um tema que ao longo dos anos temos debatido nesta Casa ao tempo em que fazemos nossas observações, as críticas construtivas à matriz energética brasileira, até porque nos últimos anos tivemos muita dificuldade, primeiramente nos investimentos em energia, em especial energia elétrica, através das usinas hidrelétricas. São muitos problemas ambientais, muitos órgãos de controle, o governo federal também demorou para iniciar essas construções de hidrelétricas.

Portanto, estamos numa fase ainda de dificuldade, ou seja, a nossa produção de energia é insuficiente para atender à demanda desde que a nossa economia, em especial a nossa indústria, que

está muito aquém do que a população brasileira precisa e necessita.

Passamos por uma fase em que a nossa indústria vem perdendo espaço para outras indústrias de outros países em função do nosso elevado Custo Brasil, entre outras barreiras, a nossa energia tem um elevado custo e uma demanda que está aumentando e não há produção de energia suficiente para suprir.

Portanto, a elevação de preços, os custos, e a burocracia brasileira, ora causada pelos órgãos ambientais, ora pela Funai, ora pelos Quilombolas, órgãos de controle, e assim estamos ao longo desses últimos anos, atravessando este grande desafio no Brasil, um país que tem riqueza, uma natureza que outro país não tem em abundância, que é a água, mas enfim, como disse, esse projeto no Brasil, infelizmente, andou muito pouco.

Em Santa Catarina, voltando agora ao lançamento do programa que ocorreu na última quarta-feira da semana passada, o governo do estado tomou uma atitude que tem que ser enaltecida e reconhecida. O governador Raimundo Colombo tomou a decisão de incentivar, de oportunizar várias alternativas de energia, como a elétrica, fotovoltaica, termelétrica, carvão, entre outras.

Primeiramente o governo está disponibilizando recursos por meio do BRDE, do Badesc, para empreendedores catarinenses ou não, que queiram instalar empresa em Santa Catarina e produzir energia. Esses financiamentos, com juros em melhores condições do que o próprio mercado oferece comprar equipamentos, máquinas e para construção.

O segundo item, muito importante, além do apoio financeiro do governo, o incentivo, através da secretaria da Fazenda, para a aquisição desses equipamentos, em outras palavras, bens de capitais, que favorece muito o segundo item, é a questão ambiental.

No mesmo dia em que foi lançado esse programa, também o governador Raimundo Colombo anunciou e assim assinou a contratação de mais 28 servidores,

deputado Antônio Aguiar, na área ambiental, ou seja, com nomeação na Fatma. Isso vai permitir dar uma celeridade maior na liberação das licenças ambientais e, em Santa Catarina, a construção de pequenas centrais hidrelétricas. O número de requerimentos é um número expressivo, é elevado, obviamente que nem todas poderão conseguir, mas está próximo de 400 pedidos, colega deputado que vem da nossa região de Videira, Natalino Lázare.

Além desta decisão de contratar profissionais que possam colaborar, dar celeridade dentro das leis, mas que não fiquem levando dois, três, cinco, dez anos para conseguir uma licença, aquelas que são viáveis, evidentemente.

Por outro lado, também, no mesmo dia, foram entregues várias licenças ambientais para empreendedores que estão com investimentos para fazer a construção, para dar agilidade nos seus negócios, que estavam esperando e que de fato saíram muito satisfeitos porque podem dar segmento aos seus investimentos.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Gostaria de parabenizá-lo, deputado. Este debate é muito oportuno e urgente. Essa Casa precisa, de fato, prestar atenção nisso e engajar-se neste projeto de novas alternativas energéticas.

Gostaria de fazer um aparte bem rápido.

Um determinado governo, que não lembro mais qual, criou o ministério da Desburocratização, com Hélio Beltrão, mas ele não desburocratizou nada. Parece que ficou mais complicado.

Então, tem muito empresário querendo investir e muitas vezes uma assinatura, num papel qualquer, de uma licença qualquer, prejudica este investimento.

Mas eu gostaria de dizer, deputado, que uma das alternativas do SC+Energia é fazer um registro aqui de que a região oeste de Santa Catarina tem um potencial enorme para produzir o biogás. E a comissão de Agricultura tem um projeto, que nós fomos verificar em Foz do Iguaçu e Marechal

Cândido Rondon, que eu gostaria de ver incluído com o programa de governo, porque além de processar uma matéria orgânica que hoje danifica o meio ambiente, pode tornar este problema em solução.

Por isso, parabenizo v.exa. pela discussão.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Natalino Lázare, v.exa. lembrou muito bem, e incorporo sua manifestação ao meu pronunciamento.

Além das energias que havia citado, v.exa. lembrou bem que dejetos podem se transformar em energia. Além de proteger o ambiente, ainda se torna uma fonte energética. E o SC+Energia é um programa que vai colocar Santa Catarina num patamar ainda mais diferenciado, porque se a crise existe, como temos ouvido e falamos todos os dias da nossa situação econômica no Brasil, da nossa situação política, um ambiente político pesadíssimo, principalmente na esfera federal, mas ao mesmo tempo Santa Catarina tem dado bons exemplos pelas ações de governo, mas também tem dado bom exemplo através da sua população, dos empreendedores, das empresas, dos empresários, dos trabalhadores catarinenses que estão enfrentando no dia a dia esta crise, como eu disse, tanto econômica quanto política e tem afetado, sim, Santa Catarina.

E Santa Catarina, mais uma vez, está demonstrando que é com o enfrentamento do desafio, que é realista, mas ao mesmo tempo, coragem e a postura de não desanimar, de acreditar que este é um estado diferenciado, com uma economia diferenciada e que tem uma cultura bem diversificada. O espírito empreendedor está no trabalhador, no empresário, está na atividade da indústria, no comércio, na agricultura, no prestador de serviço, nas pessoas, da mais simples à mais graduada. Isso tem feito de Santa Catarina um bom exemplo.

Esta decisão do governo do estado em incentivar, oportunizar a produção de energia de várias fontes, várias alternativas, temos que reconhecer como sendo um grande ato de governo,

pensando, acima de tudo, não só no dia de hoje, mas, sim, no futuro de Santa Catarina, porque hoje nós somos distribuidores de energia, a nossa Celesc, que é a maior empresa, mais distribui do que produz, e todos esses investimentos certamente vão contribuir para aumentar um pouco a nossa produção. Nós estamos acreditando que Santa Catarina vai aumentar essa produção de energia, aumentando a sua competitividade.

Esperamos que esse bom exemplo dos catarinenses também seja utilizado, ou melhor, copiado por aqueles que governam outros estados. E também o próprio governo federal possa utilizar esse instrumento como de fomento, de otimismo para incentivar os empreendedores na produção de energia em Santa Catarina e no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, colegas parlamentares, comunidade catarinense e todos que nos acompanham pela TVAL.

(Passa a ler.)

"Quero registrar a passagem do aniversário do Porto de São Francisco do Sul nesta quarta-feira, quando aquele terminal completa 60 anos de operações. Trata-se de um dos mais importantes terminais portuários de Santa Catarina, que registra recorde de movimentação de cargas nos últimos anos.

Sua inauguração oficial data de 1º de julho de 1955, embora a história do Porto de São Francisco tenha início em 1912, quando a Companhia de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande recebeu permissão para implantar uma estação marítima na Baía de São Francisco do Sul. Somente em 1941 o governo catarinense consolidou a concessão e deu início às obras em 1945. No final da década de 70, o porto ganhou dois terminais e, a partir de 1994,

registrou um grande crescimento com a procura de agentes importadores e exportadores que construíram seus próprios armazéns nas áreas adjacentes para a movimentação de cargas.

O salto comercial da década de 90 esgotou a capacidade física da área portuária, iniciando-se, então, a implantação de projetos de melhoria e ampliação. O porto bateu recordes de movimentação, registrando mais de 13 milhões de toneladas de carga ao ano a partir de 2013. Recentemente teve sua administração delegada ao estado por mais 25 anos, e desde então passa por um processo de melhorias com importantes investimentos. Estão previstos investimentos da ordem de R\$ 10 milhões para melhorias de infraestrutura, qualificação do sistema de segurança com monitoramento por câmeras e tecnologia de controle de acessos, bem como a melhoria do sistema de iluminação, a readequação da subestação de energia e obras na sede administrativa.

O porto de São Francisco é referência para a economia de Santa Catarina e tem atividades intimamente ligadas à vida do município. É bem verdade que sua movimentação causa problemas no trânsito local, que atrapalham a vida dos moradores, mas a importância econômica do terminal faz com que o porto seja fundamental para São Francisco do Sul. É o motivo pelo qual faço registro dos 60 anos do porto, desejando êxito à administração portuária, com harmonia com a comunidade envolvida com suas atividades.

Aproveito também para registrar minha participação, nesta segunda-feira, na Câmara Municipal de Canoinhas, na cerimônia de entrega da ordem de serviço para a construção da estação de tratamento de esgoto local, que complementa um investimento iniciado com a implantação da rede coletora em 56 ruas da cidade. Vai custar R\$ 8,3 milhões e tem prazo de 18 meses para sua conclusão. Com a estação e a rede em funcionamento estará concluído um investimento que alcança quase R\$ 28 milhões, beneficiando mais de nove mil unidades de Canoinhas. Motivo mais que suficiente para a comunidade de Canoinhas e esse deputado

reconhece a importância da boa gestão da Casan sob a presidência do engenheiro Valter Gallina, que já marcou presença neste plenário como deputado do PMDB na legislatura passada.

Também quero parabenizar a comissão de Finanças, servidores e toda a equipe envolvida com a realização das primeiras 14 audiências públicas regionais preparatórias do Plano Plurianual 2016/2019, e da Lei Orçamentária Anual de 2016. Foram organizadas audiências desde o extremo oeste até o meio-oeste com grande eficiência durante uma semana, com reuniões que escolheram as prioridades das áreas de abrangências de 17 secretarias de Desenvolvimento Regional. Participei de audiências em Joaçaba, Videira e Caçador, e percebi que essas reuniões estão sendo consideradas pela mudança registrada a partir do momento em que as decisões sobre prioridades tornaram-se impositivas para o Orçamento. Grande parte dessas prioridades já se tornou realidade, como queremos que aconteça!

Para a próxima semana está programada uma nova maratona de audiências públicas, de segunda a sexta-feira, desde a Foz do Itajaí, passando pelo vale, alto vale, planalto norte e região nordeste. Canoinhas vai ter sua audiência pública na manhã do próximo dia 09. Em Canoinhas, Mafra, Jaraguá do Sul e Joinville, tenho informações de que houve grande interesse por essas reuniões, e com certeza o mesmo acontece em todas as cidades que receberão essa participação itinerante de nossa Assembleia Legislativa, sob a organização da comissão de Finanças, presidida com muita competência pelo colega deputado Marcos Vieira.

Para finalizar, quero fazer referência à atividade desenvolvida nos últimos dias aqui em nossa Assembleia Legislativa, o congresso sobre o Parto Humanizado, que registrou grande participação de agentes da área da Saúde, futuras mães e pessoas interessadas em garantir condições adequadas para o nascimento das novas gerações de catarinenses. Quero parabenizar a presidente da comissão de Saúde, deputada Ana Paula Lima, e toda a equipe envolvida com o evento

que valoriza a nossa Assembleia Legislativa como verdadeira Casa do Povo.

Na condição de parlamentar e médico, apresentei em abril deste ano o Projeto de Lei nº 0099/2015 com a proposta de assegurar o direito ao parto humanizado nos estabelecimentos de saúde conveniados ao Sistema Único de Saúde em Santa Catarina. O tema desperta interesse e nesse sentido também observo que sou autor de moção encaminhada em julho do ano passado à presidente Dilma Rousseff e ao ministro da Saúde Arthur Chioro, pedindo a remuneração do procedimento de analgesia de parto repassada pelo SUS às maternidades para proporcionar a remuneração condigna dos anestesistas, mas especialmente trazer mais conforto às gestantes e aos bebês durante a fase mais dolorosa do parto.

O projeto sobre o parto humanizado está na comissão de Constituição e Justiça sob a relatoria do deputado Valdir Cobalchini e foram solicitadas diligências para avaliação sob o olhar dos órgãos competentes, tendo recebido manifestação favorável da Rede Cegonha, que faz parte da Gerência de Coordenação da Atenção Básica da secretaria de Estado da Saúde.

Saliento que mesmo tendo fragmentado meu pronunciamento, abordando quatro assuntos, há um viés comum, que é o das boas novas. Falamos do Porto de São Francisco do Sul, que completa 60 anos e recebe investimentos em razão de sua importância para Santa Catarina; da ordem de serviço para a nova estação de tratamento de esgoto de Canoinhas, que para o município representa um marco no desenvolvimento sanitário; e das reuniões regionalizadas para elaboração do Plano Plurianual e Lei Orçamentária; e, por fim, do olhar dessa Assembleia Legislativa para a questão do Parto Humanizado."

Desejo a todos que nos acompanharam uma boa semana e o nosso muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pelo tempo restante do PMDB, o deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, na manhã de hoje tive a oportunidade de realizar uma visita ao Cefid - Centro de Ciências da Saúde e do Esporte, da nossa Universidade do Estado de Santa Catarina - a Udesc -, no bairro de Coqueiros, no município de Florianópolis.

Eu estava acompanhado de toda a diretoria do Cefid e do reitor da Udesc e podemos conhecer detalhadamente a estrutura do referido centro, bem como os projetos que lá são realizados. Eu quero destacar que nessa visita à Udesc, que talvez tenha um dos mais belos projetos de expansão das nossas universidades de Santa Catarina, até mesmo porque ela supre uma necessidade que o poder público não consegue atender, e aqui destaco a atividade de fisioterapia que conta com um atendimento de mais de mil pessoas por mês, utilizando os seus professores, seus alunos e dando um atendimento diferenciado. Também o atendimento realizado a pessoas da terceira idade com todo um trabalho especializado de atividades esportivas e de saúde, porque muitas vezes não temos atendimento em clínicas particulares e lá a população carente consegue realizar.

Entretanto, nesse universo que começou com o curso de Educação Física, depois de Fisioterapia e foi ampliando para toda uma atividade de saúde e de esportes, temos uma realidade diferenciada que tem recursos do governo federal, recursos para pesquisas de diversos fundos nacionais da nossa Udesc, do governo do estado, porém, tem o problema da limitação física, pois o espaço físico do Cefid no bairro de Coqueiros não permite que todas as atividades que eles estão habilitados a realizar possam ser concretizadas.

E lembro-me que há alguns meses iniciou a discussão na mudança do Cefid de Coqueiros para outro município. A comunidade se reuniu e pode, de maneira conjunta, destacar a importância do trabalho de extensão que realizado. Mas falo aqui também do trabalho de ensino e de pesquisa, através dos quais são desenvolvidos produtos que são reconhecidos internacionalmente.

Nesse sentido me propus a, deputado Valdir Cobalchini, que preside a comissão de Educação, junto com toda a diretoria do Cefid, solicitar uma reunião junto à comissão de Educação Cultura e Esporte da Assembleia Legislativa para fazermos um amplo debate junto ao poder público municipal e estadual, todas as esferas de poder que podem apoiar e trabalhar nas condições verdadeiras para ter o espaço físico necessário para atender com dignidade o que a comunidade espera da nossa Udesc.

Deputado Valdir Cobalchi, gostaria de hoje na reunião da comissão de Educação deliberar efetivamente sobre essa questão para que no mês de agosto, já que tem toda uma previsão para essa expansão, uma parceria com a secretaria de estado da Educação, que tem uma escola à frente da Udesc ou definir outro terreno público municipal, porque há todo um projeto de fazer uma ampla área de esporte e saúde para a comunidade, ou até mesmo redefinindo a capacidade construtiva da área da nossa universidade.

Esperamos que a instituição Assembleia Legislativa, através da comissão de Educação Cultura e Desporto, possa chamar todos esses atores para um amplo debate e que esse serviço que serve quase duas mil pessoas/mês nos projetos de extensão do nosso centro Cefid de Esportes e Saúde da Udesc em Coqueiros possa ser efetivamente ampliado e atender toda demanda que já existe naquela comunidade.

Nesse sentido quero cumprimentar a administração do Cefid e a reitoria da nossa Udesc, pois o trabalho que é realizado lá é reconhecido em todo o país e até mesmo internacionalmente.

Eu passei por uma atenção fisioterápica durante dois anos após ter sofrido um acidente e pude perceber que lá o atendimento às pessoas que não têm condições de pagar é realizado com qualidade dando condições efetivas para permitir que uma pessoa possa ter um tratamento especializado e recupere toda a sua movimentação. E mais do que isso, deputado Antônio Aguiar,

v.exa. que também passou por um acidente e é médico, a nossa Udesc quer fazer do Cefid, em conjunto com a secretaria do estado da Saúde, uma oficina para a construção de prótese e órteses que hoje é comprada pelo poder público estadual num valor muito maior do que se os nossos acadêmicos e professores fizessem uma oficina e produzissem na própria universidade. Uma prótese que é adquirida pelo valor de R\$ 30 mil tem um cálculo estimado em R\$ 6 mil o seu custo de produção.

Então, muitas vezes, basta que o estado faça um pequeno investimento para permitir que pacientes que sofreram traumas, que sofreram acidentes e que necessitam de uma órtese ou de uma prótese, e não têm recursos para comprar, sejam beneficiados pelo trabalho da nossa Universidade.

Na verdade esse é só um dos exemplos dos muitos trabalhos realizados pelo Cefid. Nós temos que apoiar a sua expansão para que o seu trabalho de pesquisa e extensão possa avançar ainda mais. Muito provavelmente a nossa universidade terá o único doutorado de fisioterapia aqui em Santa Catarina permitindo que os nossos professores estejam mais qualificados e que as pesquisas possam ser voltadas aos trabalhos sociais, à saúde e ao esporte de Santa Catarina.

Esperamos que esse grande debate possa trazer solução. E cabe à comissão de Educação e Esporte capitanear todo esse trabalho na Assembleia Legislativa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, quero agradecer v.exa. pelo espaço, mas não vou

utilizar todo o tempo porque vou dividi-lo com o deputado Darci de Matos.

Eu quero apenas fazer alguns registros rapidamente e uma saudação a todos que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, aos catarinenses que estão presentes nesta sessão, aos srs. deputados e as sras. deputadas.

Ontem, tivemos a posse da nova diretoria da Acij - Associação Comercial e Industrial de Joinville -, onde o Joaquim Martinelli foi reempossado e muitas autoridades estiveram presentes, o deputado Darci de Matos, foi o representante da Assembleia Legislativa, que junto com o governador do estado, assinou vários documentos, a exemplo do asfaltamento do trecho da Krona, da rua dos Suíços, e que irá beneficiar muito toda essa região, deputado Dalmo Claro. Também a Celesc estava presente para liberar convênio sobre as 50 câmaras que vão ser instaladas na cidade.

Eu queria registrar, deputado Leonel Pavan, que está acontecendo, na cidade de Piratuba, a 76ª Assembleia-Geral Ordinária da Convenção das Assembleias de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná. Lá em Piratuba têm dois mil líderes da Igreja Assembleia de Deus junto com suas esposas e hoje pela manhã, juntamente com o deputado Ismael dos Santos e com o governador Raimundo Colombo, estivemos prestigiando este evento que foi de extrema importância devido à representatividade da Assembleia de Deus na cidade de Piratuba.

E há pouco acabei de deixar o governador Raimundo Colombo na cidade de Itajaí, onde foi realizar a inauguração de um projeto piloto da primeira sala de vídeo audiência de Santa Catarina, uma parceria da secretaria de estado Cidadania e Justiça juntamente com o Tribunal de Justiça.

Na verdade, os nossos telespectadores e quem nos acompanha devem saber que O está sendo inaugurado neste momento, na penitenciária de Itajaí, vai facilitar a tomada de depoimentos, como testemunhas ou réus dos presos daquela cidade e vai fazer com que não seja mais necessário o

deslocamento dessas pessoas da penitenciária até o fórum ou vice-versa, deputado Mauro de Nadal, para prestarem seus depoimentos. Isso agora vai ser feito através de videoconferência.

O governador Raimundo Colombo está neste momento em Itajaí para inaugurar essa sala de videoconferência para tomada de depoimentos de testemunhas ou réus das pessoas que estão na penitenciária.

E há um dado muito importante que estava analisando. Segundo o Departamento de Administração Prisional - Deap -, deputado José Nei Ascari, cuja estrutura, em Santa Catarina emprega-se também na Polícia Civil e Militar, deputado Dalmo Claro, são feitos em torno de quatro mil deslocamentos por mês de presos para prestar depoimentos, deputada Dirce Heiderscheidt. Portanto, são quatro mil escoltas por mês. Essas escoltas levam todo um aparato para levar um preso a dar depoimento. São quatro mil deslocamentos por mês! E com essa sala de videoconferência não será mais necessário todo esse aparato com carros, com escoltas, colocando a polícia nessas escoltas. Isto é um avanço muito grande, muito grande mesmo!

Parabéns à secretaria de Cidadania e Justiça do Estado de Santa Catarina, a nossa colega deputada Ada De Luca, ao governador Raimundo Colombo, que foi o grande parceiro nessa ideia e também ao Tribunal de Justiça em colocar a possibilidade de termos o depoimento direto das penitenciárias para os juízes.

E estou aqui com o projeto piloto em mãos e estava vendo que a interação é tão grande que ao mesmo tempo em que a pessoa dá o depoimento, ao final, já sai o documento que pode ser assinado pela testemunha, por quem foi ouvido e o processo já é encaminhado para o juiz. Melhor ainda, todo esse processo além de ser feito sem o deslocamento das pessoas será gravado para mais tarde poder usar esse depoimento sem necessidade de ouvir a pessoa novamente.

Parabéns ao governo do estado e ao Tribunal de Justiça por essa grande iniciativa, que tenho certeza se estenderá por todos os presídios e

comarcas de Santa Catarina para termos o depoimento das pessoas como esses que estão aí, através do vídeo monitoramente, sem necessidade de deslocamento de todo aparato policial para levar e trazer os detentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado ao PSD, o restante do tempo será utilizado pelo deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero registrar a presença do nobre deputado Moacir Sopelsa, grande secretário da Agricultura, que veio matar a saudade do Parlamento Catarinense.

Seja bem-vindo, nobre deputado.

Srs. deputados nestes poucos minutos que me restam vou falar a respeito de um assunto que tratamos com a federação dos hospitais, na manhã de ontem, na Associação Empresarial de Joinville.

Não poderia deixar de falar daquele evento que foi realizado que eu e o deputado Dalmo Claro participamos na Acij, em Joinville. Lá estavam o Ilário e o Tércio, que presidem a Associação dos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina, que são 180 hospitais, e iniciaram uma mobilização estadual com o objetivo de conscientizar a sociedade catarinense, sobretudo as autoridades para o grave momento que vivem os hospitais filantrópicos de Santa Catarina. Sabemos da importância desses hospitais para o estado. Ora, 70% dos leitos de Santa Catarina são de hospitais filantrópicos.

E vejam que a grande origem do problema, no meu entendimento é realmente a tabela do SUS. A solução dos problemas talvez em parte esteja aqui na capital. E aí, deputado Dalmo Claro, a mobilização de v.exa. com outros deputados, junto às Câmaras de Vereadores para que possamos tramitar um projeto de lei que altere de 12% para 15% das verbas do estado para a saúde, medida muito importante, mas a solução definitiva da saúde e dos hospitais filantrópicos está numa

gestão profissional, mas fundamentalmente em Brasília, na capital federal.

Veja, deputado Fernando Coruja, alguns dados que temos aqui. Pela tabela do SUS, uma consulta médica é remunerada em R\$ 10,00. Isso é um absurdo, isso não existe! Uma UTI custa R\$ 1.500,00, o SUS paga R\$ 500,00, portanto, o déficit é de R\$ 1.000,00. Uma cesariana custa R\$ 600,00 e o SUS paga R\$ 300,00. E por aí afora, srs. deputados.

Então, precisamos mobilizar todos os estados do Brasil e, sobretudo, as autoridades nacionais. E aí o fórum parlamentar, através dos deputados Mauro Mariani tem o papel importante para que possamos chegar a Brasília. A correção da tabela SUS é uma atitude, uma decisão urgente.

Poderia falar também da importância da criação do Invest, projeto de lei do fundo de saúde que o governo mandou para esta Casa, que foi aprovado na comissão de Constituição e Justiça e na comissão de Finanças.

Nós acatamos algumas emendas ampliando esse fundo que, a princípio, iria receber recursos do BNDES para investimentos, e nós acatamos algumas emendas dando a possibilidade desse fundo receber recursos de outras fontes e dando a possibilidade desse fundo poder também investir em custeio e repassar recursos para os hospitais filantrópicos. A ideia é muito boa, mas parece-me que temos que fazer uma correção porque o BNDES não aceita a lei com esta ampliação.

Mas é a criação de mais um fundo e quem sabe nesse fundo, deputado Silvio Dreveck, possamos fazer, deputado Neodi Saretta, aquilo que fizemos há dois anos na comissão de Finanças. Nós, na oportunidade da criação de um refis, apresentamos uma emenda coletiva e carimbamos R\$ 200 milhões para a saúde.

O problema, deputado Fernando Coruja, é que aconteceu o mesmo que ocorreu com a CPMF, ou seja, colocamos R\$ 200 milhões na Saúde e foi tirado do Orçamento R\$ 200 milhões, quer dizer, demos dinheiro com uma mão e tiramos com a outra. Foi o que aconteceu com a CPMF e por isso não prosperou.

Portanto, é intenção nossa, deputado Silvio Dreveck, trazer para esta Casa nos dias 14 ou 15, que vai ter sessão, os 180 hospitais filantrópicos, diretorias, lideranças para fazermos uma grande mobilização no Parlamento Catarinense para colocarmos aqui de fato os números catastróficos, preocupantes das contas desses hospitais e chamarmos a atenção do Parlamento, sobretudo das autoridades, para que possamos tomar uma providência.

Já nos últimos anos fecharam 12 hospitais filantrópicos, e se não agilizarmos daqui a pouco vamos presenciar o fechamento de dezenas de outros hospitais filantrópicos de Santa Catarina. E quem perde não é o rico, quem perde não é pobre, é o carente, é quem mora lá no interior do estado que fica durante seis meses e até um ano para marcar uma ressonância, uma tomografia computadorizada ou para conseguir uma consulta especializada, uma cirurgia básica.

Quer dizer, o asfalto é importante, mas se ele demora um pouco mais não tem problema; a doença não espera, a doença mata. Por isso, precisamos tomar uma atitude e apoiar, alojar, amparar os hospitais filantrópicos de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Obrigado, deputado Darci de Matos, primeiramente quero parabenizar v.exa., pela manifestação e, em segundo lugar, concordar em gênero e em número com a sua observação de que o nosso grande problema da Saúde é o custeio que está deficitário exatamente por conta da tabela SUS que já faz mais de 14 anos que não é reajustada.

No que diz respeito ao projeto que tramita nesta Casa, v.exa. tem razão, ele é um projeto que vem especificamente do BNDES para Santa Catarina para investimentos.

Então, as ideias das emendas são meritórias, são bem intencionadas, mas não há como viabilizarmos as emendas porque o BNDES não vai

aceitar destinar os recursos para Santa Catarina no financiamento do estado.

E, ao mesmo tempo, deputado Darci de Matos, vamos ter que corrigir essa distorção, por melhor que ela seja e, através do Fundo de Saúde do Estado, aumentar o custeio para os nossos hospitais de um modo geral.

Portanto, temos um trabalho pela frente para corrigir e dar celeridade a este projeto que é muito importante para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O sr. Deputado Dalmo Claro - Apenas para reiterar a importância do fato que comentamos ontem lá na região, é que só quando realmente começarem a fechar quatro, cinco, dez, ou 20 hospitais de grande importância para o estado, talvez se dê a grande relevância para o que está acontecendo, em que uma apendicectomia paga um valor de R\$ 420,00 e tem um custo superior a R\$ 1.000,00, sem contar os honorários médicos e outras coisas.

Para se ter uma ideia, a tabela do SUS desde o Plano Real teve um reajuste de 93%; a inflação pelo INPC foi 413%; a energia elétrica, 960%; a água, 945%; o transporte urbano, 1.177%; e assim vai.

E além disso, já não bastasse a tabela ser muito defasada, os hospitais realizam mais procedimentos do que a cota permitida.

Então, além de receber pouco pelo procedimento prestado, 20%, 30%, 40% ou 50% a mais dos procedimentos não são pagos.

Realmente a realidade dos hospitais é cruel. Teremos sérios problemas se não socorrermos os hospitais filantrópicos na assistência à saúde e hospitalar em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Dalmo Claro.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Darci de Matos, temos que realmente auxiliar os hospitais filantrópicos, mas não só falando daqui do microfone, é hora de o governo tomar uma posição, de termos uma ajuda substancial aos hospitais filantrópicos. Esses hospitais são os que atendem 70% a 80% da saúde dos catarinenses. São eles que resolvem os problemas da saúde dos hospitais de emergência no estado de Santa Catarina.

Nós temos uma PEC, que foi a primeira feita por este deputado, que autoriza a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário a doar as suas sobras com exclusividade aos hospitais filantrópicos. Essa PEC tramita na comissão de Constituição e Justiça e esperamos que seja breve a sua aprovação.

Obrigado, deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Antônio Aguiar. Eu entendo, o deputado Antônio Aguiar tem razão, precisamos de um esforço concentrado do governo municipal, sobretudo estadual e federal, mas quero lamentar, deputado Mauro de Nadal, o corte do Orçamento que o governo federal efetivou há poucos dias na área da Saúde no valor de R\$ 11,7 bilhões. Acho que o governo poderia cortar recursos de todas as áreas, mas o corte de R\$ 11, bilhões na Saúde pode significar a morte de muitos brasileiros, lamentavelmente.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0034/2015, 0056/2015, 0088/2015 e 0097/2015.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto 0034/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, que institui o Dia Estadual da Conscientização sobre a Epilepsia.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto 0237/2015, de procedência da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 9.094, de 1993, que declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Educáveis e Síndrome de Down - ADESD, de Joinville.

Conta com parecer favorável da comissão Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto 0368/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, que estabelecem objetivos e estratégias de conscientização acerca dos problemas de saúde do homem e de estímulo à adoção de medidas preventivas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, este é um projeto importante que tramita nesta Casa sobre a questão da saúde, especificamente com o programa voltado à saúde do homem em Santa Catarina, já com comparecer favorável, mas o deputado Fernando Coruja, que tem contribuído bastante com a tramitação dos projetos nesta Casa, pretende encaminhar algumas emendas aperfeiçoando o projeto e nos fez uma solicitação.

Então, gostaria de retirar da pauta. Eu sei que para fazer as emendas, sr. presidente, não é de um dia para o outro. Quem sabe já deixamos acertado com o Departamento Parlamentar para que o deputado apresente as emendas e o projeto em seguida seja encaminhado à comissão de Constituição e Justiça e depois volte ao Plenário em agosto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vamos receber emendas de Plenário do deputado Fernando Coruja, que imediatamente serão encaminhadas à comissão de Constituição e Justiça para que possamos ter celeridade.

Então, não vamos retirar de pauta, iremos receber as emendas de plenário do deputado Fernando Coruja, que serão encaminhadas à comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, será feita dessa forma.

Nós temos três projetos extrapauta.

Temos quatro propostas de resolução, todas elas construídas pela comissão, que visam apresentar à Câmara dos Deputados propostas de emenda à Constituição Federal e a alteração de alguns incisos da Constituição. Todas encaminhadas pelo deputado Fernando Coruja.

Trata-se da PRS n. 0004, PRS n. 0005, PRS n. 0006 e PRS n. 0007.

Consulto os srs. líderes se podemos votar estas matérias no dia de hoje. Como disse, trata-se de um projeto de resolução que autoriza a apresentação das matérias à Câmara Federal.

Isso será encaminhado posteriormente pelo deputado Fernando Coruja.

Há consenso para aprovação das matérias?

(Os srs. deputados aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0004/2015, de autoria do deputado Fernando Coruja, que aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar o inciso I, e suas alíneas "a" e "b", do art. 159 da Constituição Federal, para fim de modificar a composição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0005/2015, de autoria do deputado Fernando Coruja, que aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os arts. 22 e 24 da Constituição Federal, para tornar competências legislativas privativas da União em concorrentes com os estados e o Distrito Federal.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0006/2015, de autoria do deputado

Fernando Coruja, que aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando acrescentar inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal, para estabelecer a iniciativa popular para apresentação de Proposta de Emenda à Constituição.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0007/2015, de autoria do deputado Fernando Coruja, que aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os arts. 166 e 198 da Constituição Federal, para o fim de estabelecer que a União destine, no mínimo, 10% (dez por cento) da sua receita corrente bruta às ações e serviços públicos de saúde, excluindo do cômputo deste percentual as emendas parlamentares ao Orçamento federal.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Da mesma forma temos o PLC n. 0004/2015 para votar, de autoria do deputado Aldo Schneider, que altera o art. 28 de Lei Complementar n. 605, de 2013, para o fim de adequar a carga horária de representantes de entidade sindical representativa de categoria.

Não está em votação, apenas há uma solicitação do deputado Aldo Schneider para que se faça a votação no dia de hoje.

Deputado Aldo Schneider, v.exa. podia fazer a justificativa da aprovação do seu projeto hoje, para que os líderes possam deliberar ou não se votaremos extrapauta?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, é o projeto que altera a carga horária dos nossos sindicalistas que são eleitos para gerenciar e cuidar dos interesses de todos os sindicatos do estado de Santa Catarina.

Evidentemente que hoje foi aprovado na comissão de Trabalho e, como é de praxe nesta Casa, solicitei ao sr. presidente para que, dentro de um acordo de líderes, pudéssemos aprovar nesta tarde, em primeiro turno, esse PLC.

Então, solicito aos nossos colegas deputados a compreensão para que nós possamos deliberar em primeira votação esse PLC que trata dos interesses dos sindicatos do serviço público de Santa Catarina.

Seria isso, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Há concordância dos srs. líderes?

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno o Projeto de Lei Complementar n. 0004/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider, que altera o art. 28 de Lei Complementar n. 605, de 2013, para o fim de adequar a carga horária de representantes de entidade sindical representativa de categoria.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

Trata-se da alteração do art. 28 da Lei Complementar n. 605, de 2013, para fim de adequar a carga horária de representantes de entidade sindical representativa de categoria.

O Sr. deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, acabamos de aprovar aqueles projetos de resolução e queria agradecer a Casa e a todo Fórum que trabalhou para aprovarmos esse projeto. Vamos trabalhar, a partir de agora, para levar para outras Assembleias. Eu só tenho um dos projetos que trata da partilha de recursos que houve um pequeno erro na soma dos números, era para ficar 61 e ficou 62.

Eu tinha falado com o deputado Mauro de Nadal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sem querer interromper, deputado Fernando Coruja, longe disso, mas nós estamos no meio de uma votação de um outro projeto.

Se v.exa. permitir, nós vamos concluir a votação desse PLC e já concedo a palavra a v.exa. para que não haja confusão entre os dois projetos que estão sendo votados e v.exa. está colocando.

Com a sua permissão, vamos concluir a votação do PLC n. 0004 e logo em seguida concederemos a palavra a v.exa.

O sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Muito obrigado, sr. presidente, eu só gostaria de fazer o registro, nesta Casa, obviamente pedindo a sua autorização, da presença do prefeito Hélio Cesar, o Alemão, de Siderópolis, que está com a comissão da Festa do Colono, o Vilson Scaini e também o Antônio Miguel, que estão visitando esta Casa.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, parece que obviamente a votação já está concluída ou praticamente encerrada, mas tem muitos colegas que não entenderam o espírito do projeto.

O projeto é simples, ele altera a carga horária de liberação do servidor público que foi eleito presidente ou vice-presidente de um sindicato de representação do serviço público catarinense.

Então, na prática é a Assembleia, é um PLC que tem que alterar esta lei. O que eu estou propondo é que sindicatos com até 800 filiados, ao invés de ter 20 horas de carga horária liberada, passam a ter 30 horas.

É este o teor do projeto. Para esclarecimento do Plenário.

Se alguém votou 2, ainda há a possibilidade de digitar a senha e digitar 1, porque precisamos do voto 1 para aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado, isto é boca de urna.

Isto não está previsto no nosso Regimento.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	abstenção
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	

DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim" e uma abstenção, sendo que o sr. presidente, deputado Gelson Merisio, acatou a manifestação do deputado Antônio Aguiar votando a favor deste projeto fora do sistema eletrônico de votação. Sendo assim, totalizam 25 votos "sim".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Pedido de Informação n. 0134/2015, de autoria da comissão de Turismo e Meio Ambiente, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, solicitando informações acerca dos pagamentos realizados pelo Fepema, relacionados ao projeto de estudos sobre o zoneamento costeiro no município de Jaguaruna e região do entorno.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0135/2015, de autoria da comissão de Saúde, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário estadual da Saúde, solicitando informações acerca da aplicação dos recursos arrecadados pelo Programa Revigorar III.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0076/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, parabenizando o Clube Náutico Riachuelo pelo centenário de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0077/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, parabenizando o presidente da Equipe R3 Animal pela atividade desenvolvida no resgate e tratamento de animais vítimas da ação humana.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0618/2015, 0619/2015, 0620/2015, 0629/2015, 0630/2015, 0631/2015, 0632/2015, 0633/2015, 0634/2015, 0635/2015 e 0636/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0621/2015, 0622/2015, 0623/2015 e 0624/2015, de autoria do deputado Patrício Destro; 0625/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0626/2015, 0638/2015 e 0641/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0627/2015, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0628/2015, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0637/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0639/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0640/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0642/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; 0643/2015 e 0644/2015, de autoria de deputado Mauro de Nadal.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0471/2015, de autoria do deputado Darci de Matos; 0472/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso; 0473/2015 e 0474/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0475/2015, 0476/2015, 0481/2015 de autoria do deputado Leonel Pavan; 0477/2015, 0478/2015, e 0479/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0480/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0483/2015, 0484/2015, 0485/2015, 0486/2015, 0487/2015, 0488/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0489/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dr. Vicente Caropreso, por até dez minutos.

Antes de ouvir o deputado Dr. Vicente Caropreso, concedo a palavra ao deputado Fernando Coruja, que tem uma correção de redação a fazer, conforme informou a nossa Assessoria Legislativa, que será acatada por esta Presidência e encaminhada a comissão de Constituição e Justiça.

E na deliberação da redação final v.exa. será atendido na correção dos dados propostos.

Agora, com a palavra, o deputado Dr. Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Boa-tarde! Normalmente assomamos a tribuna para denunciar, muitas vezes para fazer críticas, enfim. Mas hoje estamos aqui para prestar uma homenagem a um rapaz que se criou com as minhas filhas, filho de um pediatra de Jaraguá do Sul, Airton Luiz Weber Silva, conhecido na pediatria de Santa Catarina. Ele fez com que nos orgulhássemos muito de sermos brasileiros e catarinenses. Quero prestar uma homenagem muito grande ao Caio Rubini Silva, que acaba de ter o seu trabalho premiado com dois Leões de Ouro em Cannes, no concurso de 2015, considerado o Festival Internacional de Criatividade em Publicidade mais importante do mundo.

Com esse prêmio, o Caio enriquece a imagem do Brasil, pois nem no futebol estamos dando mais certo. Temos problemas graves, mas precisamos saborear essa vitória como se fosse nossa também. Ele nasceu em Jaraguá do Sul, filho do casal amigo, Airton e Deise. Foi para Curitiba estudar publicidade e acabou indo trabalhar em São Paulo. Com a experiência adquirida ao longo desses anos, com alguns colegas, formou uma das produtoras mais respeitadas do Brasil, a Academia de Filmes, que acaba de ser premiada.

Quero parabenizar em nome de todos os deputados o Caio Rubini e toda a sua família.

Gostaria que fosse aqui exibido o videoclipe que foi laureado com alguns Leões de Ouro. Refere-se ao *Security Moms*.

(Procede-se à exibição do filme.)

Está aí uma coisa que nos emociona e vocês podem entender que se pode acabar com a violência nos estádios invocando a presença das mães. No campeonato brasileiro sempre houve uma turma de arruaceiros batendo em todo mundo. E esse videoclipe inspirou-se na paz. Era o que tinha a colocar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Quero fazer o registro, com muita satisfação, da presença neste plenário dos alunos da 9ª fase do curso de Direito da Universidade do Contestado, da UnC de Concórdia, acompanhados pela professora Norah Pezzin e pelo professor dr. Clomir Badalotti, que fazem uma viagem de estudo.

Já estiveram no Tribunal de Justiça, estão visitando aqui a nossa Assembleia Legislativa, numa tarde bastante Concórdia, hoje, pois falamos antes na tribuna, da ExpoAgro e teremos às 17h30 o ato de lançamento da ExpoConcórdia, que terá um número grande de gaiteiros do município que estão presentes.

Assim, neste momento, eu gostaria de registrar a presença dos estudantes aqui presentes e desejar uma boa estada.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - A Presidência também deseja as boas-vindas aos estudantes e professores de Concórdia.

O próximo orador inscrito para falar é o deputado Leonel Pavan, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Boa-tarde, sr. presidente, hoje quero falar sobre o peso da logística. Esse pronunciamento certamente reflete a insatisfação, a indignação de todos os parlamentares e de todos os catarinenses, em especial, do oeste catarinense.

(Passa a ler.)

"O Peso da Logística.

Esta é a manchete do jornal *Diário Catarinense* de hoje, que traz uma reportagem sobre as más condições das estradas catarinenses que elevam o custo do transporte. Um exemplo vem da indústria catarinense que gasta com logística 0,14% a cada um real faturado. O custo do transporte é o maior

na conta industrial catarinense. Essa informação faz parte de um trabalho de pesquisa realizado pela Fiesc e apresentado na manhã de ontem, segunda-feira.”

No último final de semana eu estive na região do oeste do estado, tão importante para Santa Catarina e o Brasil e onde permaneci por 18 anos da minha vida, celeiro de Santa Catarina em produção de grãos, agricultura, suinocultura e produção de leite. E muito do que é produzido naquela região passa exclusivamente pela BR-282. Não há como pegar outro trecho, sempre se pega a referida BR. São aproximadamente 1.100 carretas de trinta toneladas por dia, seja com milho, soja, carne de aves e suínos, e é justamente por ela que chega a matéria-prima e escoar a produção da agroindústria do nosso estado.

A BR-282 está em péssimas condições! Ao longo do via há centenas de buracos, verdadeiras crateras.

São armadilhas que colocam em risco o motorista. A situação é tão alarmante que comentei em vídeo a situação da BR-282 no trecho entre os municípios de Xanxerê e Faxinal dos Guedes.

Vejam o número de calotas recolhidas em questão de dois minutos, em apenas um buraco.

Solicito à assessoria que seja apresentado um vídeo para esclarecer o fato.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Esse é apenas um vídeo que teve mais de 100 mil acessos. Esse vídeo é apenas uma parte, e o pior é que fica na entrada de uma cidade onde há o descaso do próprio prefeito, do próprio setor industrial e comercial que poderiam tapar aqueles buracos, pelo menos na entrada. E do outro lado de onde gravei essa matéria há uma cratera enorme. Foram vinte e poucas calotas recolhidas em três minutos. Vejam o prejuízo!

Os números mostram que a rodovia é uma das mais violentas do nosso estado.

A BR-282 ultrapassou o número de mortes da BR-101 em 2014.

Em 2014 a BR-282 contabilizou 147 mortes ao longo dos seus mais 600km de extensão. Um balanço

trágico ultrapassando pela primeira vez a BR-101 em torno de quase 200 mil veículos/dia, a mais movimentada do país, onde 145 pessoas perderam a vida nesse mesmo período da Rodovia 282.

Os dados são da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina e não inclui as mortes de 2015.

Neste ano o balanço parcial até o dia 22 de junho, domingo, registra 1.328 acidentes, com 53 mortes na BR-282.

O aumento significativo do tráfego de veículos dos últimos anos e as péssimas condições das estradas são apontados como os principais motivos dessas matanças em uma rodovia em que o governo federal deveria preservá-la e preservar a vida dos brasileiros.

Em todo ano passado a BR-282 teve 3.233 acidentes e 453 pessoas tiveram ferimentos graves. 1.496 sofreram machucaduras.

Por esse motivo estou protocolando nesta Casa uma indicação aos órgãos competentes, ao DNIT, para que seja feita a revitalização urgente da rodovia no trecho entre os municípios de Chapecó e Faxinal dos Guedes, do nosso querido oeste.

Srs. parlamentares, tenho certeza que essa é a indignação de todos, pois o DNIT é inerte!

Ora, será que não podem ir lá e taparem o buraco com algum produto, deputado Neodi Saretta? É incrível. Tenho certeza que v.exa., que mora lá, também está indignado. É incrível, são mortes e mortes, acidentes e acidentes.

Em cinco minutos quando lá estávamos pararam oito veículos com pneus estourados. Imaginem o que essas pessoas pensaram de nós, políticos, representantes daquela região e de todo o estado de Santa Catarina. Isso é ruim! O esforço nosso, o esforço da Casa, o esforço dos deputados federais não é visto. Eu nem sei se estão sabendo dos motivos. É necessário tomar providência ou, senão, que fechem a rodovia. Alias, hoje é o dia do caminhoneiro, e quero cumprimentá-los, eles que sofrem todos os dias com a deterioração das rodovias federais, correm um risco de vida enorme com os acidentes e não sabem o que fazer. Nós precisamos tomar uma atitude.

A população tem que fechar a rodovia e, com o apoio dos parlamentares, chamar atenção do governo, do DNIT, que é uma instituição inerte, um segmento do ministério do Transporte que aqui em Santa Catarina não sei quem é o diretor, quem o nomeou nem sob a responsabilidade de qual partido está, mas é inerte e responsável pelas mortes em acidentes de trânsito que estão ocorrendo em nosso estado.

Sr. presidente, v.exa. também é do oeste, sabe das dificuldades e sabe que todos nós somos criticados. Quando mostrei o vídeo muitas pessoas retrucaram perguntando "O que vocês parlamentares estão fazendo, o que o sr. está fazendo? Mas convenhamos, acho o DNIT um órgão político, a serviço de um partido, a serviço de terceiros. E não é possível que o DNIT deixe de atender as nossas rodovias. Duvido que alguém do governo federal tenha conhecimento da situação de como estão as rodovias e estamos, infelizmente, perdendo vidas todos os dias. O risco que se corre ao passar por aquela rodovia, certamente, deixa qualquer pessoa aflita cada vez que tem que viajar pela BR-282.

Portanto, fica registrado nesta tribuna a minha indignação. Vamos esperar que o nosso grito e que a matéria do *Jornal Diário Catarinense* seja atendida com ética pelo governo federal, especialmente pelo DNIT.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Leonel Pavan. Na sequência, ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, visitantes que nos acompanham, pessoal da UnC de Concórdia que está nos visitando, é uma satisfação muito grande. Eu acompanhei a fala do deputado Leonel Pavan e a coincidência é que eu havia inscrito-me para falar justamente sobre o tema das rodovias em Santa Catarina.

Srs. deputados, sras. deputadas, já usei inúmeras vezes nestes últimos tempos e demonstrei nesta tribuna minha insatisfação com o superintendente estadual do DNIT, que é do meu governo, mas não é do meu partido, pelo não atendimento as nossas audiências, reivindicações, e fiquei muito revoltado nos últimos dias porque eu passei na sexta-feira e sábado na BR-282, entre Xanxerê, Xaxim e Chapecó, e percebi que a empresa que ganhou a licitação não teve nem a capacidade de fechar os buracos da BR ou pelo menos fazer uma operação tapa-buraco emergencial, como está fazendo em Nova Erechim, de Chapecó até São Miguel d'Oeste.

Então, isso é lamentável!

Fico extremamente revoltado com situações como essa, mas quero também dizer nobres deputados, que concordo com o que o deputado Maurício Eskudlark falou sobre nossas rodovias, pois semana passada fiz o roteiro Itapiranga a São Miguel d'Oeste; fui a Palmitos, pela BR-158; fiz todo trajeto à BR-282, mas também fiz o trajeto de Xavantina a Xanxerê, pela rodovia estadual; fui de Chapecó a Seara, por uma rodovia estadual, onde lamentavelmente, o estado também não fez nada, depois dos desmoronamentos causados pelas chuvas do ano passado.

É importante para quem não é do oeste saber que houve desmoronamento da rodovia que liga Xanxerê a Xavantina; também de Xavantina a Seara e de Seara à Chapecó. E nós andamos hoje no chão, no cascalho, e não há mais nem asfalto. A situação do trecho de Campo Erê a São Carlos é outra tragédia da rodovia estadual. Além disso, temos a situação do trecho de Concórdia a Jaborá, onde nossos estudantes passaram, que é calamitosa, que é a mesma situação da BR-163, a federal de São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira.

Portanto, precisamos discutir as rodovias estaduais e as federais. E há mais outra situação que é de São Miguel d'Oeste a Itapiranga, uma rodovia estadual abandonada também.

Então, nós, do oeste catarinense, não admitimos que alguém venha aqui discutir somente

os problemas das rodovias federais, porque nossas rodovias federais no geral estão muito boas. Talvez nunca na história essa situação esteve tão ruim, inclusive durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso a situação das rodovias federais estavam muito piores em Santa Catarina.

Tenho até um dado da Confederação Nacional dos Transportes, que aponta que 97% das rodovias estaduais de Santa Catarina estão com problemas regulares ou ruins; e das rodovias federais, somente 54% estão com problemas regulares e ruins. As rodovias estaduais em Santa Catarina, em média, estão muito pior do que aquele trajeto da rodovia federal, deputado Leonel Pavan. As rodovias estaduais, e não sou eu que estou falando, mas a Confederação Nacional dos Transportes.

Então, quero dizer que temos um grande compromisso com relação a este assunto, e que também tenho minha insatisfação com o diretor estadual do DNIT, porque até agora só empurraram com a barriga, não assumiram a situação e, infelizmente, tivemos algumas empresas que abandonaram a obra e a Federação das Indústrias de Santa Catarina precisam fazer uma discussão neste sentido. A BR-282 foi abandonada por uma empresa do Rio Grande do Sul, não foi feita a recuperação, tiveram que fazer nova licitação, mas nós também estaremos no dia 16, promovendo uma audiência pública em Pinhalzinho para discutir de fato a situação e o futuro da BR-282.

Estamos extremamente preocupados e acompanhando esse debate.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Nobre deputado, concordo com v.exa. e quero acrescentar que essas rodovias que v.exa. citou, de uma forma ou de outra, acredito que nos últimos 30 ou 60 dias passei por todas elas. Concordo com relação à BR-282, inclusive há 15 dias aqui mesmo desta tribuna fiz um comparativo do que é a manutenção da BR-282 em relação ao litoral e até o extremo oeste. Foi bom os deputados do litoral terem nos acompanhado

nas reuniões que fizemos semana passada, porque constataram que aquilo que havíamos dito aqui é realidade.

Nós saímos da BR-282, daqui de Florianópolis, ela tem uma conservação razoavelmente boa. Indo a direção a Lages, ela está com uma conservação boa, seguidamente tem a sua manutenção. Quando passamos de Joaçaba, daí para frente, de Iraní, os problemas acontecem, até Chapeco ainda vai, até Maravilha, está ruim, mais ou menos, mas depois que passa Maravilha parece que o estado terminou ali, a conservação é vergonhosa da BR-282.

Ao mesmo tempo, v.exa. traz uma questão que nós também temos colocado com muita firmeza que é o problema das rodovias estaduais. Por exemplo, a rodovia Jaborá/Concórdia ficou dois anos paralisada, totalmente intransitável, com acidentes acontecendo o tempo todo. Simplesmente demorou um ano e pouco para se romper um contrato e mais de um ano para recomençar a obra que, felizmente, na semana passada recommençou em ritmo lento.

V.Exa. citou essa barreira de Xavantina a Xanxerê, que tem mais de um ano que caiu e está lá, inclusive nem foi feito um tapa-buraco, temos que adentrar por uma lateral, mas pior, quem vai em algum momento à noite lá tem uma situação extremamente perigosa. Então, parra não tomar todo o tempo, eu queria encerrar o aparte, mas dizer que nós precisamos de um plano de reestruturação de todas as rodovias estaduais e também obviamente da recuperação da BR-282 e outras federais.

E para finalizar, passei ontem vindo de Laguna, no término da conclusão da ponte de Laguna, e temos que acabar a duplicação da BR-282. Acho que temos que fazer isso em todas as nossas rodovias de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRECH - Estão acontecendo grandes investimentos em Santa Catarina, como a ponte de Laguna, e ontem à noite tivemos a inauguração do Instituto Federal, em São Carlos. Uma grande obra e um investimento do governo federal.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado Dirceu Dresch, quero elogiá-lo pelo seu pronunciamento referente às rodovias estaduais também. Eu não incluí as rodovias estadual em função do vídeo que gravei e da matéria do jornal *Diário Catarinense* de hoje, a rodovia SC-350, de Rio do Sul a Alfredo Wagner, é um caos. O governador, acho, não passa por lá. Não devem passar representantes do governo naquela rodovia.

A SC-314, de Navegantes a Luiz Alves, é outra questão, eu ouvi do governador dizendo que iria fazer. Eu reivindiquei, discutimos, falamos, mas nãoa adianta. A TransBeto também, quantas vezes damos discursos aqui.

Realmente, estamos, infelizmente, na contramão do que falamos, no sentido de que Santa Catarina tem dinheiro, que Santa Catarina arrecada, que é o melhor estado do Brasil, e o dinheiro do governo federal aqui emprestado a fundo perdido não está também investido. Essa é a minha indignação também com as rodovias estaduais.

Muito o obrigado!

O SR. DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu fui até Campo Erê neste final de semana e até estranho as matérias nos jornais e a avaliação da Fiesc, ontem, que não trouxe o debate das rodovias estaduais, porque a rodovia, para que vem do Paraná por Campo Erê, por onde passa grande parte do milho e da soja, que vem para as agroindústrias do nosso estado de Santa Catarina, a rodovia está deteriorada, está destruída e perigosíssima. Então, espero que nos próximos dias isso seja levantado e que se faça uma grande luta para garantir a recuperação daquela rodovia estadual que liga o município de Campo Erê ao Paraná, no oeste catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Dirceu Dresch, a próxima oradora inscrita para falar é a deputada

Ana Paula Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, sr. presidente, cumprimento também os colegas parlamentares que se fazem presentes nesta sessão ordinária, bem como também quem nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e também a todos que estão nestas galerias desta Casa de Leis.

Sr. presidente, srs. deputados, realmente revivi dois dias maravilhosos na minha vida. Na semana passada esta Casa, através da comissão de Saúde, através da Escola do Legislativo, realizou o primeiro Congresso Nacional do Parto Humanizado.

E quero aqui relatar para vocês a magnífica experiência de renascimento que durante dois dias convivemos aqui nesta Casa de Leis. Foi realmente um momento extramente relevante para o estado de Santa Catarina e por que não para o nosso país!

O evento contou com 500 inscritos, lotou o auditório Antonieta de Barros na última quinta-feira e sexta-feira, 25 e 26 de junho. Com palestrantes de renome nacional. Fizemos grandes momentos de reflexão, trocamos experiências com mães, com profissionais na área da Saúde. E faço aqui referência a médicos, enfermeiras, doulas e tantas outras pessoas interessadas na humanização do parto.

Já sabia que o tema era apaixonante, relevante, mas não sei se vou traduzir em palavras tamanha emoção que não somente eu senti, mas tenho certeza de que todos que durante esses dois dias participaram desse congresso.

Além disso, mostras de vídeo, exposições fotográficas com perfeição mostraram o desejo de todos os presentes de que o nascimento seja cercado primeiramente com respeito às mulheres, às mães para que nenhuma mulher vivencie violência obstétrica que é tão comum nas unidades hospitalares do nosso estado e do nosso país. E que também cada criança que vem ao mundo venha cercada de amor, de respeito e de carinho para que possamos ter um mundo melhor. Isso é um acontecimento desde o nascimento dessa criança, esse acolhimento respeitoso.

Durante dois dias no auditório Antonieta de Barros, srs. deputados, tiveram lá homens e mulheres, bebês e crianças, mas em nenhum momento, de uma forma magnífica, inebriante, tivemos choro, nenhum choro, nenhuma saída e as declarações foram maravilhosas de cada um que lá participou.

Atualmente, no nosso país, infelizmente, carregamos um título que não é positivo. Nós somos o país campeão mundial em realizações de cesarianas. A Organização Mundial da Saúde preconiza que apenas 15% dos nascimentos sejam por meio de intervenção cirúrgica, que são as cesarianas. Porém, o índice no nosso país chega a 52%, chegando a 88% na rede privada.

Na Inglaterra, que é um país de primeiro mundo, isso não acontece. Somente no Brasil é que esses índices são alarmantes. Aqui no sul do nosso país esse procedimento é maior, é realizado em todas as outras regiões, principalmente no estado de Santa Catarina, por exemplo, as cesáreas chegam a 84% da rede privada e 40% da rede pública. Muito além do que preconiza a Organização Mundial de Saúde.

Então, é preciso combater essa epidemia de cesarianas e para isso o melhor remédio é a informação. Precisamos que todas as nossas mulheres sejam empoderadas, que todas futuras mães sejam respeitadas nas suas escolhas sem intervenções cirúrgicas que não tenham sido previamente discutidas e também em qualquer momento que for procurar a rede hospitalar para ter seu filho para ganhar seu filho, que ela não seja recebida com palavras ofensivas ou com maus-tratos. Nós queremos combater a violência obstétrica.

Os nossos bebês não podem vir ao mundo já com a necessidade de reagir à violência, a tapa de um médico para poder chorar, à aspiração das vias aéreas, ao afastamento da mãe já no corte do cordão umbilical. Esses foram os temas tratados durante dois dias nesta Casa de Leis.

A natureza tem um tempo, são nove meses que acontece a transformação física no corpo da mãe.

Durante nove meses acontece esse fenômeno maravilhoso que é a gestação. Durante todo tempo, do primeiro ao nono mês, há uma transformação física no corpo da mãe para a chegada desse novo bebê. Há uma transformação psicológica, também, na mente dessa mulher.

Por isso que a natureza tem um tempo, e são nove meses para que a criança esteja preparada para essa mulher, do mesmo modo que a mulher tenha todas as condições fisiológicas de parir.

As cesáreas, srs. deputados, são, sim, importantes, mas elas devem ser indicadas com responsabilidade. Elas não podem ser uma regra, elas têm que ser uma exceção. O normal é o parto natural, é o parto normal, como sempre dizemos. É assustador o número de cesáreas. Uma em quatro mães brasileiras já foi vítima, também, da violência obstétrica, e nós precisamos nos posicionar contra este tipo de coisa.

Ao final do 1º Congresso Nacional do Parto Humanizado, que foi verdadeiramente um momento de muito aprendizado, de construirmos coletivamente a Carta de Florianópolis, documento elaborado com sugestão de todos os participantes que aponta as melhorias necessárias para que a humanização do parto se torne de fato uma realidade.

Além disso, também montamos um grupo que, ao longo desse próximo ano irá concentrar forças para a conquista de direitos referentes à humanização do parto e na realização da segunda edição do evento, que já foi amplamente debatido e, diante disso, foi construída a Carta de Florianópolis, que faço aqui a leitura de alguns itens.

O primeiro deles é que o Brasil vive um excelente momento para o debate da humanização do parto; que o ministério da Saúde tem-se empenhando na criação de programas e políticas afirmativas, no sentido de ampliar o número de partos naturais na nossa sociedade; que a realidade no nosso país ainda mostra um desequilíbrio muito grande entre o número de cesáreas e partos normais; que o modelo vigente de parto foi construído por décadas pelo patriarcalismo, que coloca a mulher como reprodutora subjugada ao poder dos homens. Quem

tem que escolher é a mulher a forma como quer ganhar o seu bebê. E que há escassez de recursos alocados, em especial a atenção ao parto, e também do acesso à informação de qualidade às nossas futuras mães.

Há um dilema, senhores, para o registro dos bebês nascidos em casa e falta parceria com as prefeituras para inserção dos bebês nascidos em casa para a vacinação, para a obtenção da declaração de nascidos vivos e agendamento da primeira visita.

A escolha da via de parto deve ser um direito das mulheres, que a mulher negra sofre sete vezes mais violência obstétrica do que a mulher branca no ambiente hospitalar.

Há desconsideração, na maioria dos serviços, em relação à importância do acompanhante de livre escolha da mulher, que é inclusive garantido por lei. Que há obstáculo do livre acesso das doulas na atenção da gestante durante o trabalho de parto.

Também, nesta Carta de Florianópolis, há recomendação da superação do modelo de atenção vigente ao parto e nascimento. As Casas Legislativas, nos estados e municípios, priorizem a elaboração urgente de legislação específica para facilitar a implementação de práticas que conduzam ao parto natural nos hospitais brasileiros.

Queremos que os governos estabeleçam metas claras para o aumento dos partos naturais e humanizados a curto e médio prazo, que criem suas leis orçamentárias, programas e dotações específicas para as práticas de parto natural e humanizado.

Adesão de estados e municípios à Rede Cegonha, programa do governo federal, que significa recursos e apoio a serviços hospitalares e pré-natal, ambulatorial, ampliando estrutura e atendimento aos centros de parto natural, casas de gestantes de mãe e bebê. A promoção da residência, especialização e aprimoramento da enfermagem e obstetrícia com ênfase à humanização no atendimento. E que seja aprofundado o debate sobre a revisão do ensino de obstetrícia, de forma que

introduza nos currículos de Medicina e de Enfermagem o parto natural e humanizado, além de outras, que aqui não vou ter tempo para falar.

Mas volto a esta tribuna para detalhar com todas as recomendações que nós tiramos durante esses dois dias de debate nesta Casa sobre o parto humanizado, que é um direito das mulheres, que é um direito dos bebês. Que nós possamos, nesta Casa, srs. deputados, debater leis para a garantia desses direitos.

Quem vem ao mundo tem que vir de uma forma respeitosa. E a mulher precisa ser respeitada naquilo que ele decidir. Que ela possa num momento tão sublime, que é parir, trazer ao mundo crianças bem amadas e respeitadas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Cesar Valduga, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Quero cumprimentar v.exa. e os demais deputados, os concordienses, em especial o querido prefeito de Concórdia que fez um belo trabalho, e dizer que bom que Concórdia sempre vem inovando, crescendo e divulgando, através das exposições, da indústria, do comércio e da agropecuária. E cada ano que se passa sempre com muito sucesso.

Quero aqui, srs. deputados, antes de falar sobre a audiência pública, que nós fizemos em Chapecó sobre o Mormo, e registrar, com muita tristeza, o falecimento de uns amigos que morreram tragicamente no trânsito na BR-406, em Nonoai, no Rio Grande do Sul, no noite do domingo passado.

Quero manifestar aqui a nossa solidariedade à família Tagarra, ao povo chapecoense, que perdeu os empresários, proprietários da Restaura Jeans. Morreram no acidente o sr. Dilson Tagarra, Marli Tagarra, seu filho Diogo Tagarra, sua esposa Eliana Vieira e o filho do casal, Vicente Felipe Tagarra, num trágico acidente, nas imediações de Nonoai, no Rio Grande do Sul, em função das péssimas estradas.

Quero, sr. presidente, neste momento, primeiramente, dizer que fizemos uma audiência pública na semana retrasada no município de Chapecó sobre a sanidade equina e o controle do Mormo. Essa foi, sem dúvida nenhuma, uma audiência pública propositiva, pedagógica, onde pudemos tirar as dúvidas com relação a essa doença que vem afetando os equinos no sul do Brasil.

Diga-se de passagem, além de tirar as dúvidas, foi para ajudar os órgãos governamentais, com ações preventivas, pedagógicas para melhorar o controle do Mormo. Também há as parcerias com os demais estados, enfim, tratamos também das questões das indenizações, quando da doença do Mormo.

Quero, deputado Dirceu Dresch, agradecer a sua presença, que lá colaborou e também qualificou a nossa audiência pública, como também o deputado Natalino Lázare, presidente da comissão de Agricultura. E quero também agradecer ao sr. Valdir Crestani; presidente da Câmara de Vereadores, representado pelo vereador Paulino da Silva; à sra. Alexandra de Lacerda Alves, fiscal federal de Agricultura no estado de Santa Catarina; ao sr. Roni Barbosa, diretor de Qualidade e Defesa Agropecuária da Agricultura e Pesca de Santa Catarina; à sra. Paulina, coordenadora estadual da Sanidade de Equídeos, do estado do Paraná, que também se fez presente.

Também a dra. Débora, médica veterinária, no ato representando a secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul; o sr. Enori Barbieri, que contribuiu na qualificação do debate e fez esclarecimentos, apresentando a Cidasc; o Edivar Bedin, o Ademar; a sra. Juliana de Miranda, presidente da Associação Chapecoense da Cultura Tradicionalista e Gaúcha de Chapecó e região; o suplente de vereador Auri Casalli e o Lenoires, coordenadores do projeto Bate Casco, que foram também os grandes propositores dessa audiência pública.

Quero agradecer aos tradicionalistas, à população interessada. Contamos com a presença de prefeitos e vereadores de diversos municípios que

engrandeceram a audiência e lá puderam obter informações de como se prevenir e combater a doença Mormo, que é transmissível ao homem e aos animais.

Então, queremos fazer um agradecimento à Associação Chapecoense da Cultura Tradicionalista, em nome também da Juliana Miranda. Precisamos discutir esse assunto porque no Brasil e na região sul multiplicam-se muitos criadores e admiradores de cavalo, que se reúnem em clubes do cavalo que movimentam significativamente milhões de reais. Tem-se mostrado cada vez mais eficiente a equoterapia no tratamento de pessoas com doenças.

Com essa audiência pública conseguimos fazer vários encaminhamentos como a questão de intensificar a fiscalização entre os estados. É importante essa parceria dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina com relação às medidas preventivas que devem ser tomadas, como também a intensificação da fiscalização em eventos, as parcerias com a Cidasc, os CTGs, exigindo a comprovação do exame do Mormo.

Também é fundamental reivindicar ao governo do estado a realização temporária de uma ampla campanha de exames com um aporte orçamentário emergencial para subsidiar os exames do Mormo aos proprietários que não possuem condições de pagar pelos exames. Esse foi um encaminhamento muito importante promovido na audiência.

Reivindicou-se ao governo do estado a constituição do Conselho Estadual da Sanidade Animal, muito importante, e também à secretaria de estado da Agricultura de Santa Catarina, Rio grande do Sul e Paraná que seja instalado no sul do país um laboratório credenciado para exame do Mormo. Também se reivindicou ao ministério da Agricultura a realização de inquérito com exames por amostragem em todas as regiões do país para atingir também as propriedades isoladas. Reivindicou-se a realização de concurso público da Cidasc. Essa também foi uma das grandes reivindicações, porque sabemos que os servidores da Cidasc hoje trabalham bastante, mas falta pessoal para fiscalizar e operacionalizar as

ações. A Cidasc desenvolve um trabalho importante neste estado, mas é preciso que haja a qualificação e a contratação de pessoas para que possam contribuir na questão da sanidade animal.

Por último, há a questão das indenizações. É preciso tirar as dúvidas quanto a isso, ações preventivas e a parceria com os demais estados. Não podemos também só esperar as ações do governo.

É, por isso, que parabenizo os cavalarianos, os CTGs, os tradicionalistas, àqueles que fazem feiras, eventos, que estão colaborando e preocupados com essa questão.

Então, trago esse tema que é muito importante, ao mesmo tempo em que nos preocupa, e uma iniciativa que vem da sociedade. Leva-se o Parlamento até as regiões, aos municípios para que lá, sim, possamos fazer os debates, tirar as dúvidas e buscar as resolutividades que nós precisamos no estado de Santa Catarina. Isso é melhorar, é avançar, é a comunicação, é interagir com a sociedade. E o Parlamento Catarinense cumpre com esse papel no *parlar*, no debater, no discutir. É essa a nossa verdadeira função.

E essas audiências públicas foram muito importantes, pois os órgãos governamentais também se fizeram presentes para que pudéssemos tirar, sanar as dúvidas, enfim, buscar os encaminhamentos como esse que foi feito neste momento. Portanto, foi muito proveitoso o momento que tivemos lá em Chapecó, que envolveu lideranças de toda a região e uma audiência pública interestadual com a participação dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Cesar Valduga.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Manoel Mota, por até cinco minutos prorrogáveis por mais cinco minutos se houver necessidade na manifestação.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, telespectadores da TVAL,

ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes e jovens que prestigiam o Parlamento de Santa Catarina na tarde de hoje.

Eu gostaria de fazer uma homenagem às pessoas que mais trabalham neste estado, ou melhor, neste país. Quem são essas pessoas? São os caminhoneiros. Ninguém trabalha tanto quanto o caminhoneiro! Quando ele não é muito trabalhador, faz 12h por dia, mesmo com a lei que criaram; quando ele é um pouco trabalhador, faz 16h por dia, virando um dia em dois dias para dar conta de cumprir as suas missões, pagar as prestações, honrar com a sua família, contribuir, através deste tapetão preto, com o PIB brasileiro. São eles que carregam neste tapetão mais de 90% do PIB nas carretas, nos caminhões. O motorista é uma peça fundamental, porque leva e traz as mercadorias, os produtos e, com isso, ajudar a desenvolver o nosso estado e o nosso país.

Há pouco tempo fizeram uma greve, houve muitas promessas em Brasília para ajeitar a vida dos caminhoneiros, mas tudo foi esquecido. Vamos discutir na comissão porque não foi cumprido o acordo, porque a palavra foi esquecida. Que memória curta! Falam num dia e no outro, esquecem. E os caminhoneiros estão desesperados, esperando uma oportunidade para garantir a continuidade de um trabalho que eles fazem no dia a dia.

Por isso, não poderia deixar de, no dia de hoje, fazer essa homenagem importante e fundamental aos caminhoneiros, porque me orgulho de ter sido, por 20 anos, um deles. Eu sei o quanto eles trabalham e o que significa ser um homem do volante. Criamos o evento de corrida de caminhões em Araranguá. O maior evento do mundo! Eu que criei quando era prefeito, e hoje continuamos vendo os profissionais mostrando suas habilidades, a capacidade de não errar a marcha e correr mais rápido que o outro para ter um dia de lazer, já que nas estradas é apenas trabalho.

Agora, o que é que acontece? Acontece que um caminhoneiro hoje tem dificuldades de encostar um caminhão nos postos de gasolina. Criaram uma lei que eles só podem viajar algumas horas por dia,

mas não pensaram onde eles vão parar os caminhões! Na estrada? Em que lugar? Não foi criada uma estrutura para manter esta categoria, só criaram a lei e largaram, deixando as pessoas jogadas às traças.

O caminhoneiro esperava e sonhava com a ponte de Laguna pronta, mas mais uma vez não cumpriram e a ponte não ficou pronta. E os caminhoneiros continuam sofrendo nas filas, nos buracos, que não são poucos, estourando os pneus, quebrando os caminhões. É assim que vive o caminhoneiro!

Então, quero registrar que hoje é o Dia dos Caminhoneiros, um profissional que tem garra, são heróis que trabalham dia e noite e que conseguem carregar o PIB brasileiro neste tapetão preto de norte a sul deste país.

Por isso, quero deixar registrado este dia importante: Dia dos Caminhoneiros.

Os empresários na área de transporte hoje sobrevivem com mais facilidade que o caminhoneiro, que é autônomo, que trabalha para as empresas e tem mais dificuldades. É dentro das dificuldades, mas com criatividade, que os caminhoneiros se superam no dia a dia para honrar os seus compromissos com a família.

Por isso, quero aqui deixar registrado, marcado, esse dia importante, de pessoas importantes, das pessoas que mais trabalham neste estado e no país: os caminhoneiros. O caminhoneiro representa dias melhores, representa a luz acesa, porque é ele que leva toda a alimentação, transporta tudo nas estradas e vive trabalhando sem ter muita luz para ele próprio, sempre com muita dificuldade.

Mas deixo o registro em nome de todos os caminhoneiros de Santa Catarina e do Brasil. Continuem assim, vamos superar as dificuldades e ter mais luz e dias melhores para que possamos sobreviver e dizer que valeu a pena ser caminhoneiro e contribuir com o desenvolvimento e com o PIB brasileiro.

Sr. presidente, estou dirigindo-me, neste momento, à comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano para discutir as questões

que não foram cumpridas no acordo com os caminhoneiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Grande deputado Manoel Mota! Ninguém melhor que v.exa., que exerceu a profissão com muita dignidade e profissionalismo, para debater este assunto.

Parabéns por sua manifestação que nada mais é do que um reconhecimento por esse trabalho extraordinário que os nossos irmãos caminhoneiros realizam no dia a dia, nas estradas deste Brasil afora.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a sessão convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.